

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	10
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	29

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	67
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	69

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.485
Preferenciais	38.517
Total	87.002
Em Tesouraria	
Ordinárias	8
Preferenciais	2
Total	10

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	05/08/2011	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,70411
Reunião do Conselho de Administração	05/08/2011	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,77453
Reunião do Conselho de Administração	05/08/2011	Dividendo		Ordinária		1,01362
Reunião do Conselho de Administração	05/08/2011	Dividendo		Preferencial		1,11499

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	24.803.163	23.783.716
1.01	Ativo Circulante	10.503.059	10.838.392
1.01.01	Disponibilidades	90.212	82.391
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.850.950	3.872.110
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	3.503.949	3.451.521
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	347.001	420.589
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	252.069	1.026.946
1.01.03.01	Carteira Própria	251.904	809.265
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	165	210
1.01.03.04	Vinculados à Prestação de Garantias	0	217.471
1.01.04	Relações Interfinanceiras	303.971	238.268
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	74.420	2.320
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	223.826	230.048
1.01.04.03	Tesouro Nacional - Recursos do Crédito Rural	4.048	3.971
1.01.04.04	Repasses Interfinanceiros	753	805
1.01.04.05	Correspondentes	924	1.124
1.01.05	Relações Interdependências	0	285
1.01.06	Operações de Crédito	4.439.344	4.224.164
1.01.06.01	Setor Público	58.932	58.378
1.01.06.02	Setor Privado	4.759.061	4.411.860
1.01.06.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-378.649	-246.074
1.01.08	Outros Créditos	1.544.509	1.380.525
1.01.08.01	Crédito por Avais e Fianças Honrados	70	8
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	483.434	521.843
1.01.08.03	Renda a Receber	23.840	25.570
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	6	0
1.01.08.05	Diversos	1.041.730	851.425
1.01.08.06	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-4.571	-18.321
1.01.09	Outros Valores e Bens	22.004	13.703
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	6.568	6.702
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações	-1.277	-1.302
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	16.713	8.303
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.103.341	12.753.269
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	8.457.508	6.739.820
1.02.02.01	Carteira Própria	7.591.148	6.293.647
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	686.918	437.948
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	128	95
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	179.314	8.130
1.02.03	Relações Interfinanceiras	32.772	32.474
1.02.03.01	Tesouro Nacional - Recursos do Crédito Rural	340	329
1.02.03.02	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	28.666	27.718
1.02.03.03	Repasses Interfinanceiros	3.766	4.427
1.02.05	Operações de Crédito	5.439.326	5.910.740
1.02.05.01	Setor Público	1.188.588	1.209.193

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1.02.05.02	Setor Privado	4.508.532	5.036.407
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-257.794	-334.860
1.02.07	Outros Créditos	173.735	70.235
1.02.07.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	0	12
1.02.07.02	Diversos	203.922	155.592
1.02.07.03	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-30.187	-85.369
1.03	Ativo Permanente	196.763	192.055
1.03.01	Investimentos	1.492	1.429
1.03.01.04	Outros Investimentos	6.795	6.732
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.303	-5.303
1.03.02	Imobilizado de Uso	193.189	188.219
1.03.02.01	Imóveis de Uso	137.266	132.615
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	109.995	111.628
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	164.607	151.302
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-218.679	-207.326
1.03.05	Diferido	2.082	2.407
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	5.412	6.096
1.03.05.02	(Amortização Acumulada)	-3.330	-3.689

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	24.803.163	23.783.716
2.01	Passivo Circulante	9.831.201	8.474.793
2.01.01	Depósitos	4.723.715	3.772.031
2.01.01.01	Depósitos à Vista	132.148	109.037
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	1.354.021	1.288.569
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	725.979	670.627
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	2.511.567	1.688.256
2.01.01.05	Outros Depósitos	0	15.542
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	633.871	460.893
2.01.02.01	Carteira Própria	545.044	372.897
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	88.827	87.996
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.803	2.991
2.01.03.01	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	2.803	2.991
2.01.04	Relações Interfinanceiras	51.723	22
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	51.723	22
2.01.05	Relações Interdependências	29.247	30.330
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	29.215	30.330
2.01.05.02	Transferência Interna de Recursos	32	0
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	550.590	461.822
2.01.06.01	Empréstimos no País - Instituições Oficiais	15.838	15.219
2.01.06.02	Empréstimo no Exterior	534.752	446.603
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	174.654	289.427
2.01.07.01	Tesouro Nacional	198	192
2.01.07.02	BNDES	167.286	166.206
2.01.07.03	FINAME	7.170	3.921
2.01.07.04	Outras Instituições	0	119.108
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	65.679	66.808
2.01.09	Outras Obrigações	3.598.919	3.390.469
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	7.571	12.118
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	32.300	5.604
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	8.885	16.601
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	181.335	130.687
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	371.743	493.132
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	0	7
2.01.09.07	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.099.123	1.011.809
2.01.09.08	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	32.291	1.647
2.01.09.09	Diversas	1.865.671	1.718.864
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	12.666.253	13.131.569
2.02.01	Depósitos	4.090.696	4.737.550
2.02.01.01	Depósitos à Vista	20.563	25.082
2.02.01.02	Depósitos Interfinanceiros	14.261	13.501
2.02.01.03	Depósitos a Prazo	4.055.872	4.698.967
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	139.510	63.396
2.02.02.01	Carteira Própria	139.510	63.396
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	454.163	482.496

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.03.01	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	454.163	482.496
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	47.513	45.656
2.02.06.01	Empréstimos no País - Instituições Oficiais	47.513	45.656
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	959.225	1.397.349
2.02.07.01	Tesouro Nacional	837	894
2.02.07.02	BNDES	881.111	767.054
2.02.07.03	FINAME	77.277	48.938
2.02.07.04	Outras Instituições	0	580.463
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	636.686	662.357
2.02.09	Outras Obrigações	6.338.460	5.742.765
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros e Derivativos	64.000	46.020
2.02.09.02	Fundo Financeiros e de Desenvolvimento	3.221.090	2.734.366
2.02.09.03	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.041.513	1.002.519
2.02.09.04	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.157.058	1.101.848
2.02.09.05	Diversas	854.799	858.012
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	16	16
2.05	Patrimônio Líquido	2.305.693	2.177.338
2.05.01	Capital Social Realizado	2.009.616	1.850.616
2.05.01.01	De Domiciliados no País	2.010.000	1.851.000
2.05.01.03	(Ações em Tesouraria)	-384	-384
2.05.03	Reservas de Reavaliação	26.231	28.064
2.05.03.01	Ativos Próprios	26.231	28.064
2.05.04	Reservas de Lucro	235.389	248.528
2.05.04.01	Legal	103.931	88.896
2.05.04.02	Estatutária	131.458	159.632
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	34.457	50.130
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	34.457	50.130

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	736.100	1.434.137	584.967	1.132.797
3.01.01	Operações de Crédito	388.944	783.262	356.611	695.274
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	342.298	647.989	199.374	378.036
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-25.227	-40.167	285	-5.652
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	25.979	34.656	27.850	54.864
3.01.05	Resultado Aplicações Compulsórias	4.106	8.397	847	10.275
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-419.559	-804.455	-381.936	-668.056
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-219.464	-426.514	-137.512	-251.994
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-141.240	-272.956	-116.812	-237.777
3.02.03	(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	-58.855	-104.985	-127.612	-178.285
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	316.541	629.682	203.031	464.741
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-30.375	-154.880	-107.043	-204.996
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	328.316	645.832	320.928	600.554
3.04.02	Despesas de Pessoal	-232.393	-484.654	-233.403	-458.976
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-188.954	-361.890	-160.384	-304.543
3.04.04	Despesas Tributárias	-48.357	-92.373	-41.573	-80.512
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	346.910	590.530	197.112	400.009
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-235.897	-452.325	-189.723	-361.528
3.05	Resultado Operacional	286.166	474.802	95.988	259.745
3.06	Resultado Não Operacional	856	-736	470	1.468
3.06.01	Receitas	1.524	2.131	654	1.731
3.06.02	Despesas	-668	-2.867	-184	-263
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	287.022	474.066	96.458	261.213
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-61.862	-164.164	-79.627	-179.144
3.09	IR Diferido	12.554	15.960	37.337	38.056
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-12.706	-25.169	-10.070	-10.070
3.10.01	Participações	-12.706	-25.169	-10.070	-10.070

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	225.008	300.693	44.098	110.055
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	2,62072	3,45616	0,50686	1,26497

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	674.729	394.362
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	424.200	433.434
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	300.693	110.055
6.01.01.02	Despesa de Depreciação e Amortização	13.394	12.716
6.01.01.04	Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	18	7
6.01.01.05	Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	104.985	178.285
6.01.01.06	Passivo Contingente	5.350	133.123
6.01.01.07	Aplicação no Diferido	-240	-758
6.01.01.08	Resultado de Exercícios Futuros	0	6
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	250.529	-39.072
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-262.492	9.145
6.01.02.02	Relações Interfinanceiras e Interdependência	-15.096	-25.166
6.01.02.03	Operações de Crédito	105.438	-252.495
6.01.02.04	Outros Créditos	-305.371	-99.635
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	-8.583	-778
6.01.02.06	Depósitos	304.830	535.876
6.01.02.07	Captação no Mercado Aberto	249.091	9.862
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-28.522	0
6.01.02.09	Obrigação por Empréstimos e Repasses	-489.071	-152.812
6.01.02.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	13.432	-412
6.01.02.11	Outras Obrigações	603.796	-130.119
6.01.02.12	Reserva de Reavaliação	-620	0
6.01.02.15	Imposto de Renda e Contribuição Social	83.697	67.462
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-930.300	-856.897
6.02.01	Títulos Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda	-912.703	-850.004
6.02.02	Inversões de Investimentos	-56	-19
6.02.03	Inversões de Imobilizado de Uso	-18.345	-6.618
6.02.04	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-426	-318
6.02.05	Alienação em Investimentos	-6	0
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	547	-2
6.02.07	Alienação em Bens Não de Uso Próprio	689	64
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	25.521	217.890
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-99.327	-209.620
6.03.03	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	55.210	427.510
6.03.04	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	69.638	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-230.050	-244.645
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.869.499	3.877.919
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.639.449	3.633.274

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.851.000	0	28.064	248.528	0	49.746	2.177.338
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.851.000	0	28.064	248.528	0	49.746	2.177.338
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	300.693	0	300.693
5.05	Destinações	0	0	0	145.861	-301.906	0	-156.045
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-92.081	0	-92.081
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-63.964	0	-63.964
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	145.861	-145.861	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	15.035	-15.035	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	130.826	-130.826	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-1.833	0	1.213	-15.673	-16.293
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-15.673	-15.673
5.07.05	Realização da Reserva	0	0	-1.833	0	1.213	0	-620
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	159.000	0	0	-159.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	159.000	0	0	-159.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.010.000	0	26.231	235.389	0	34.073	2.305.693

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.652.000	502	30.501	271.976	0	117.746	2.072.725
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.652.000	502	30.501	271.976	0	117.746	2.072.725
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	110.055	0	110.055
5.05	Destinações	0	0	0	53.207	-111.273	0	-58.066
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-58.066	0	-58.066
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	53.207	-53.207	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	5.503	-5.503	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	47.704	-47.704	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-1.218	0	1.218	-63.961	-63.961
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-63.961	-63.961
5.07.05	Realização da Reserva	0	0	-1.218	0	1.218	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	198.000	0	0	-198.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	198.000	0	0	-198.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	1.850.000	502	29.283	127.183	0	53.785	2.060.753

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	2.128.414	1.633.072
7.01.01	Intermediação Financeira	1.434.137	1.132.797
7.01.02	Prestação de Serviços	645.832	600.554
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-104.985	-178.285
7.01.04	Outras	153.430	78.006
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-699.470	-489.771
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-331.894	-277.962
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-116.199	-128.293
7.03.02	Serviços de Terceiros	-215.695	-149.669
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.097.050	865.339
7.05	Retenções	-13.394	-12.716
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.394	-12.716
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.083.656	852.623
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.083.656	852.623
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.083.656	852.623
7.09.01	Pessoal	446.353	418.860
7.09.01.01	Remuneração Direta	324.140	247.072
7.09.01.02	Benefícios	99.619	153.871
7.09.01.03	F.G.T.S.	22.594	17.917
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	320.007	309.843
7.09.02.01	Federais	312.843	302.794
7.09.02.02	Estaduais	10	11
7.09.02.03	Municipais	7.154	7.038
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.603	13.865
7.09.03.01	Aluguéis	16.603	13.865
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	300.693	110.055
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	63.964	58.066
7.09.04.02	Dividendos	92.081	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	144.648	51.989

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º semestre de 2011

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ nº 07.237.373/0001-20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º semestre de 2011

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) contratou no primeiro semestre de 2011 um total de 1,5 milhão de operações no montante de R\$ 9,5 bilhões. Esse valor representou um crescimento de 12,4% em relação ao mesmo semestre de 2010. Os financiamentos de longo prazo direcionados para investimentos somaram R\$ 4,7 bilhões, enquanto que os empréstimos de curto prazo complementares aos investimentos totalizaram R\$ 4,4 bilhões. As operações de Mercado de Capitais somaram R\$ 389,0 milhões. Dentre as fontes de recursos utilizadas pelo Banco, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi responsável por R\$ 4,5 bilhões dos financiamentos concedidos – o que demonstra a importância desse *funding* para o desenvolvimento do Nordeste. Neste primeiro semestre o FNE esteve presente com financiamentos em 1.963 municípios dos 1.989 municípios da sua área de atuação, abrangendo portanto 98,7% em termos espaciais.

Contando com dois programas de microcrédito, o Crediamigo e o Agroamigo, respectivamente para as áreas urbana e rural, o BNB tem expandido sua ação nesse importante segmento que cresce a cada dia no país. Apoiando com pequenos empréstimos as atividades produtivas de microempreendedores informais, o Banco contratou no semestre quase 1,2 milhão de operações no valor global de R\$ 1,6 bilhão, representando crescimento de 36,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. As micro e pequenas empresas (MPEs) contrataram R\$ 1,2 bilhão com crescimento de 25,2%. Na agricultura familiar, o BNB aplicou, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), R\$ 599,4 milhões com 27,6% de crescimento.

A carteira de crédito rural do BNB apresentou ao final do semestre um saldo de R\$ 16,8 bilhões, correspondendo à segunda maior carteira rural no país, ficando atrás somente do Banco do Brasil que tem atuação nacional. O Banco apresentou em março de 2011 na sua carteira de crédito, englobando os recursos do FNE, saldo de R\$ 41,5 bilhões, situando-se em 9º lugar no *ranking* deste saldo dos maiores bancos no país. O BNB continua detendo boa parte dos saldos de crédito de longo prazo do Sistema Financeiro na área onde atua – região Nordeste e norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo – com a participação de 65,4% do total. No saldo de curto prazo a participação do Banco é de 6,8% e no crédito rural essa participação alcança 71,9%.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Operações Globais

As contratações globais do BNB cresceram 12,4% no primeiro semestre de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior, somaram R\$ 9,5 bilhões e foram responsáveis pela contratação de 1,5 milhão de operações. Somando R\$ 9,1 bilhões e com crescimento de 11,5%, os créditos contratados são divididos em financiamentos de longo prazo direcionados para investimentos, com R\$ 4,7 bilhões e expansão de 7,8%, e empréstimos de curto prazo complementares aos investimentos, no valor de R\$ 4,4 bilhões e expressivo crescimento de 15,7%.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º semestre de 2011

OPERAÇÕES GLOBAIS (R\$ milhões)

Tipo	1º sem. 2010		1º sem. 2011		Variação (valor)
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Créditos Contratados	1.179.575	8.189,4	1.500.254	9.131,0	11,5%
• Longo Prazo ⁽¹⁾	185.189	4.346,6	212.531	4.684,1	7,8%
• Curto Prazo ⁽²⁾	994.386	3.842,8	1.287.723	4.446,9	15,7%
Mercado de Capitais	4	265,0	4	389,0	46,8%
Desembolsos FDNE ⁽³⁾ - risco BNB	5	14,6	-	-	-100%
Total	1.179.584	8.469,0	1.500.258	9.520,0	12,4%

(1) Financiamentos rurais; industriais; agroindustriais; infraestrutura; e comércio e serviços;

(2) Empréstimos de microcrédito (Crediamigo); Crédito Direto ao Consumidor (CDC); capital de giro; desconto; câmbio; e Conta Garantida;

(3) FDNE: Fundo de Desenvolvimento do Nordeste.

Nos últimos anos o BNB vem trabalhando com maior ênfase em segmentos de negócios, com reflexos positivos no seu desempenho operacional, notadamente no atendimento aos mini, micro e pequenos empreendedores urbanos e rurais, reforçando, assim, o seu papel como órgão de desenvolvimento regional no apoio a esses segmentos de clientes.

No primeiro semestre de 2011, o apoio do Banco às Micro e Pequenas Empresas (MPEs) cresceu 25,2% com aplicação de R\$ 1,2 bilhão. As contratações na agricultura familiar somaram R\$ 599,4 milhões com expansão de 27,6%. A atuação do BNB em microcrédito cresceu 36,6% no semestre quando foram aplicados R\$ 1,6 bilhão, sendo R\$ 1,3 bilhão no microcrédito urbano e R\$ 327,3 milhões no setor rural. O Crédito Comercial e Câmbio cresceu 7,9% com a contratação de R\$ 3,2 bilhões em empréstimos.

DESEMPENHO EM ALGUNS PROGRAMAS E SEGMENTOS (R\$ milhões)

Programa / Segmento	1º sem. 2010	1º sem. 2011	Variação
Micro e Pequena Empresa (MPE)	951,1	1.190,7	25,2%
Agricultura Familiar (Pronaf)	469,8	599,4	27,6%
Microcrédito do BNB	1.176,9	1.608,1	36,6%
• Urbano (programa Crediamigo)	907,7	1.280,8	41,1%
• Rural (programa Agroamigo)	269,2	327,3	21,6%
Crédito Comercial e Câmbio	2.935,1	3.166,1	7,9%

A divisão por setor econômico dos valores das operações de crédito contratadas no semestre evidenciou crescimento em três dos quatro setores. O maior crescimento aconteceu no setor de comércio e serviços com 24%, seguido do rural com 14,9% e do infraestrutura com expansão de 10,7%. Em termos de valor o setor de comércio e serviços contratou R\$ 4,3 bilhões representando 46,7% do total dos créditos contratados.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR SETOR ECONÔMICO (R\$ milhões)

Setor	1º sem. 2010	1º sem. 2011	Variação
Rural	1.649,4	1.895,6	14,9%

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º semestre de 2011

Industrial	2.442,0	2.243,4	-8,1%
Infraestrutura	659,4	729,7	10,7%
Comércio/Serviços ⁽¹⁾	3.438,6	4.262,3	24,0%
Total	8.189,4	9.131,0	11,5%

(1) Inclui os empréstimos de microcrédito (Crediamigo).

O valor total das operações de crédito contratadas no primeiro semestre de 2011 com os mini, micro e pequenos produtores rurais e empresas apresentou o maior crescimento entre os portes de clientes, com 31,4% a mais do que no mesmo semestre do ano anterior. Com o montante de R\$ 3,5 bilhões no semestre essa categoria representou 42,1% das contratações de mini até grande, significando expressivo aumento de 17,8% em comparação aos 35,7% da participação desse segmento no primeiro semestre de 2010. As operações com os clientes classificados como médio cresceram 26,8% enquanto que a categoria grande reduziu suas aplicações em 7,6%. Esses resultados refletem o esforço do Banco no atendimento prioritário aos mini, micro e pequenos clientes.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR PORTE (R\$ milhões)

Porte	1º sem. 2010	1º sem. 2011	Varição
Mini/Micro/Pequeno	2.689,2	3.534,9	31,4%
Médio	1.139,9	1.445,1	26,8%
Grande	3.700,9	3.421,3	-7,6%
Mini até Grande	7.530,0	8.401,3	11,6%
Infraestrutura	659,4	729,7	10,7%
Total	8.189,4	9.131,0	11,5%

O BNB tem uma atuação em operações de curto prazo de forma complementar aos financiamentos de longo prazo. Atendendo prioritariamente os clientes que detêm financiamentos para investimento, as operações de curto prazo objetivam suprir os empreendimentos de suas necessidades de crédito de funcionamento, como Capital de Giro, Descontos de Títulos, Contas Garantidas e Câmbio. Com as operações de curto prazo, o BNB contratou R\$ 4,4 bilhões no primeiro semestre de 2011 – um acréscimo de 15,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO CONTRATADOS (R\$ milhões)

Produto	1º sem. 2010	1º sem. 2011	Varição
Crédito Comercial	2.608,1	2.645,8	1,4%
Câmbio ⁽¹⁾	327,0	520,3	59,1%
Crediamigo	907,7	1.280,8	41,1%
Total	3.842,8	4.446,9	15,7%

(1) Valores convertidos para Reais pela cotação da moeda estrangeira nas datas das contratações.

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

As contratações de financiamento no primeiro semestre de 2011 com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) somaram R\$ 4,5 bilhões, com crescimento de 9,5% em relação ao montante verificado no mesmo semestre de 2010. Entre os setores, o maior

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º semestre de 2011

crescimento no semestre foi verificado no setor rural com 21,1% e um valor contratado de R\$ 1,7 bilhão, montante que representa 38,4% do total contratado pelo FNE. Outro setor com expressivo crescimento foi o de comércio/serviços com 19,3% e R\$ 1,1 bilhão de valor contratado. A normalização da disponibilidade de linhas externas no mercado financeiro pós-crise financeira internacional teve como consequência a queda na demanda do programa Nordeste Exportação (NExport) pelas empresas agroindustriais, ocasionando redução de 19,7% nas contratações desse setor agroindustrial no semestre com recursos do FNE.

FNE – OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR SETOR ECONÔMICO (R\$ milhões)

Setor	1º sem. 2010	1º sem. 2011	Variação
Rural	1.425,3	1.726,3	21,1%
Agroindustrial	128,2	103,0	-19,7%
Industrial	914,5	789,3	-13,7%
Infraestrutura	659,4	714,1	8,3%
Turismo	83,8	96,6	15,3%
Comércio/Serviços	890,1	1.061,7	19,3%
Total	4.101,3	4.491,0	9,5%

Os financiamentos voltados para os mini e pequenos produtores rurais (aqueles com receita agropecuária bruta anual até R\$ 300 mil) e para as micro e pequenas empresas (com receita operacional bruta anual até R\$ 2,4 milhões) somaram R\$ 1,5 bilhão e cresceram 31,5% no semestre.

FNE – OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR PORTE (R\$ milhões)

Porte	1º sem. 2010	1º sem. 2011	Variação
Mini/Micro/Pequeno ⁽¹⁾	1.163,9	1.530,3	31,5%
Médio ⁽¹⁾	689,2	694,0	0,7%
Grande ⁽¹⁾	1.588,8	1.552,6	-2,3%
Mini até Grande	3.441,9	3.776,9	9,7%
Infraestrutura	659,4	714,1	8,3%
Total	4.101,3	4.491,0	9,5%

(1) Classificação dos beneficiários (setor rural) por porte, segundo as diretrizes do FNE, de acordo com a receita agropecuária bruta anual: Mini – até R\$ 150 mil; Pequeno – acima de R\$ 150 mil e até R\$ 300 mil; Médio – acima de R\$ 300 mil e até R\$ 1,9 milhão; Grande – acima de R\$ 1,9 milhão. Classificação dos beneficiários (demais setores) por porte, segundo as diretrizes do FNE, de acordo com a receita operacional bruta anual: Micro – até R\$ 240 mil; Pequeno – acima de R\$ 240 mil e até R\$ 2,4 milhões; Médio – acima de R\$ 2,4 milhões até R\$ 35 milhões; Grande – acima de R\$ 35 milhões.

SEGMENTOS DE NEGÓCIOS DE CRÉDITO

A segmentação de negócios implementada nos últimos anos pelo Banco permitiu que vários programas e segmentos passassem a contar com uma dinâmica e acompanhamento diferenciados para uma maior produtividade e, conseqüentemente, ampliação da participação do BNB nesses negócios.

Microcrédito do BNB

O BNB tem expandido sua atuação nesse importante segmento de microcrédito que cresce a cada dia no país. Contando com dois programas de microcrédito, o Crediamigo e o Agroamigo,

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º semestre de 2011

respectivamente para as áreas urbana e rural, o Banco tem apoiado com pequenos empréstimos as atividades produtivas de microempreendedores informais. Os programas atuam também em sintonia com a estratégia do Governo Federal de redução da pobreza e inclusão social viabilizada por meio de programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família. No primeiro semestre de 2011 o valor global dos financiamentos de microcrédito do BNB, de R\$ 1,6 bilhão, cresceu expressivos 36,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. No semestre foram quase 1,2 milhão de operações.

MICROCRÉDITO DO BNB (R\$ milhões)

Microcrédito	1º sem. 2010		1º sem. 2011		Variação (Valor)
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Urbano (programa Crediamigo)	729.922	907,7	1.006.185	1.280,8	41,1%
Rural (programa Agroamigo)	150.864	269,2	173.292	327,3	21,6%
Total	880.786	1.176,9	1.179.477	1.608,1	36,6%

Microcrédito Urbano (Crediamigo)

O Crediamigo é o programa de microcrédito produtivo orientado do BNB que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores urbanos, em sua maioria informais, que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. No primeiro semestre de 2011 o Crediamigo realizou 1.006.185 operações com valor desembolsado de R\$ 1,3 bilhão, representando crescimento de 41,1% em relação ao mesmo semestre de 2010, quando foram desembolsados R\$ 907,7 milhões. O crescimento da Carteira Ativa no semestre foi de 13,5%, chegando a um saldo de R\$ 842 milhões. A quantidade de Clientes Ativos cresceu 19,8%, passando de 737,8 mil ao final de 2010 para 883,7 mil ao final do semestre. A capacidade operacional do Crediamigo vem crescendo a cada dia alcançando uma média de 8.114 operações contratadas diariamente durante o primeiro semestre de 2011, o que significa um crescimento de 36,7% em relação à média diária de 5.934 operações durante o mesmo período de 2010.

Microcrédito Rural (Agroamigo)

O Agroamigo é o programa de microfinança rural do BNB que tem como objetivo qualificar o atendimento aos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf (agricultores com renda bruta anual familiar de até R\$ 6.000,00), mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. Trata-se de metodologia diferenciada de ação que preconiza o atendimento de forma rápida e desburocratizada, possibilitando concessão de microcrédito rural às famílias de menor nível de renda no meio rural. No primeiro semestre de 2011 foram realizadas 173.292 operações com o Agroamigo envolvendo recursos no montante de R\$ 327,3 milhões, significando crescimento de 21,6% em relação ao mesmo período de 2010. O valor médio por operação foi de R\$ 1.888,72 no período. Ao final do semestre a Carteira Ativa do Agroamigo registrou saldo de R\$ 923,4 milhões e era composta de 699.501 clientes, dos quais 47% eram mulheres, demonstrando assim a importância da mulher na agricultura familiar.

Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o programa do Governo Federal para apoiar o segmento econômico da agricultura familiar, que no Nordeste do Brasil

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º semestre de 2011

representa 89,1% dos estabelecimentos rurais da região correspondendo a 2,2 milhões de estabelecimentos familiares. Estão ocupados no Nordeste nesse segmento econômico 6,4 milhões de pessoas. O BNB é o principal agente financeiro do Pronaf no Nordeste, contando com uma Carteira Ativa, em 30 de junho de 2011, de R\$ 4,6 bilhões, correspondendo a 1,3 milhão de operações. Neste semestre o Banco contratou 193.923 operações no montante de R\$ 599,4 milhões com agricultores familiares, representando crescimento de 27,6% em relação ao mesmo período de 2010. Dos valores contratados, 65% foram concedidos na região semiárida.

Mini e Pequenos Produtores Rurais

O BNB atua com os Mini e Pequenos Produtores Rurais visando ao fortalecimento da economia regional e à redução da pobreza no campo. Integrando o crédito às políticas públicas nas diferentes esferas governamentais, o Banco promove a inclusão financeira e social, assim como a melhoria de renda dos clientes desse segmento. Durante o primeiro semestre de 2011 o BNB contratou 4.769 operações que somaram R\$ 235,6 milhões com os mini e pequenos produtores rurais, exceto o público enquadrado no Pronaf. A Carteira Ativa alcançou o valor de R\$ 4,2 bilhões, correspondendo a 179,9 mil operações.

Micro e Pequenas Empresas (MPEs)

No primeiro semestre de 2011, o BNB colocou à disposição das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) o montante de R\$ 1,5 bilhão em linhas de crédito de curto e longo prazos. No mesmo período foram contratadas 52.847 operações de crédito com 16.669 clientes no valor total de R\$ 1,2 bilhão, correspondendo a um crescimento de 25,2% em relação ao primeiro semestre de 2010. Dentre as ações que contribuíram para os resultados obtidos no primeiro semestre de 2011 merecem destaque: veiculação da versão 2011 da campanha publicitária às MPEs; expansão dos negócios com franquias, com a habilitação de 36 novas marcas em 2011; participação do BNB na ABF Expo Franchising 2011; e criação do Programa FNE – Empreendedor Individual.

Negócios com médios e grandes clientes

O segmento de negócios empresariais envolve clientes de médio e grande portes. Compõem o segmento clientes produtores rurais com faturamento anual superior a R\$ 300 mil e as empresas com faturamento anual entre R\$ 2,4 milhões e R\$ 200 milhões. O segmento de negócios *Corporate* gerencia e estrutura negócios de clientes com faturamento anual superior a R\$ 200 milhões. No período foram contratadas 127 operações no segmento *Corporate* no valor total de R\$ 2,1 bilhões.

Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à Copa do Mundo 2014

O BNB vem atuando ao longo dos últimos anos com total aderência às diretrizes do Governo Federal, notadamente no apoio financeiro prestado aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Durante o primeiro semestre de 2011, foram contratadas quatro operações que demandaram recursos do FNE na ordem de R\$ 430,0 milhões. Relacionado ao apoio financeiro à Copa do Mundo de 2014, conforme critérios de enquadramento estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional, em consonância com os órgãos de controle externo, durante o primeiro semestre de 2011, o Banco contratou três operações com recursos do FNE - Proatur, totalizando R\$ 11,2 milhões.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º semestre de 2011

Negócios de Crédito Comercial

Os empréstimos de crédito comercial, complementares aos investimentos, somaram R\$ 2.645,8 milhões no primeiro semestre de 2011 e compreenderam os seguintes produtos: Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Capital de Giro, com R\$ 911,1 milhões; Desconto de Títulos, com R\$ 455,4 milhões; e Contas Garantidas, com R\$ 1.279,3 milhões.

Negócios de Comércio Exterior e Câmbio

No primeiro semestre do ano de 2011 ocorreu incremento de 45% no total contratado de operações de financiamento ao comércio exterior, em comparação com igual período de 2010. Foram alocados R\$ 792 milhões pelas diversas fontes de financiamento ao comércio exterior operacionalizadas pelo Banco. Os produtos de crédito suportam o atendimento das necessidades de financiamento e emissão de garantias, como: Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC/ACE), Financiamento à Importação (Finimp) e garantias internacionais. A soma da movimentação de todos os negócios de câmbio realizados durante o primeiro semestre de 2011 atingiu a cifra de R\$ 2,4 bilhões, entre operações de crédito, serviços de câmbio pronto, interbancário e arbitragens de moedas.

Mercado de Capitais

O BNB vem auxiliando as empresas do Nordeste a acessar e utilizar instrumentos do mercado de capitais, promovendo assim a diversificação das fontes de recursos, contribuindo com a profissionalização e fortalecimento da governança corporativa das empresas e estimulando o desenvolvimento da Região. No primeiro semestre de 2011 o Banco participou da estruturação de operações de renda fixa no valor de R\$ 389 milhões. Com essa atuação, o BNB atingiu a 9ª posição no *ranking* nacional de Originadores de operações de renda fixa do mercado de capitais brasileiro da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Ativos Totais

Ao término do primeiro semestre de 2011, os ativos globais do BNB apresentaram um acréscimo de 4,3% em relação ao final de 2010 (vide tabela Ativos Globais). Nos ativos do Banco também estão os recursos disponíveis do FNE (R\$ 1.428 milhões) e os recursos comprometidos com operações de crédito daquele Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação (R\$ 2.780 milhões). O crescimento dos saldos de ativos do BNB (R\$ 1.020 milhões) de dezembro de 2010 para junho de 2011 está representado, preponderantemente, pelo aumento do saldo de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários. Tal crescimento foi possível em função do aumento dos ingressos líquidos de recursos do FNE e da elevação no volume de depósitos do Finor e de depósitos para reinvestimentos, além da retenção de lucros, ocorridos no primeiro semestre de 2011.

Os saldos de operações de crédito da carteira própria do BNB, líquidos de provisões para créditos de liquidação duvidosa, decresceram 2,5% no primeiro semestre de 2011 (vide tabela Operações de

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º semestre de 2011

Crédito por Setor), com destaque para as seguintes movimentações: acréscimo de R\$ 107 milhões nos saldos de operações de crédito do Programa Crediamigo (R\$ 878 milhões em 30.06.2011, contra R\$ 771 milhões em 31.12.2010); decréscimo de R\$ 315 milhões nas operações de aquisição de créditos consignados com a coobrigação do banco cedente (R\$ 441 milhões em 30.06.2011 e R\$ 756 milhões em 31.12.2010); acréscimo de R\$ 244 milhões em operações de financiamento à infraestrutura (R\$ 1.670 milhões em 30.06.2011, ante o valor de R\$ 1.426 milhões em 31.12.2010); e redução de R\$ 685 milhões em financiamentos rurais e agroindustriais (R\$ 1.276 milhões em 30.06.2011, contra R\$ 1.961 milhões em 31.12.2010), em virtude de transferência para contas de compensação, por se tratarem de operações de crédito com recursos do Fundo de Terra, Inca-Conta Fundiária e Fundo Rotativo de Terras indevidamente registradas em contas patrimoniais.

No primeiro semestre de 2011, os saldos totais de ativos do FNE cresceram 6,7% (vide tabela Ativos Globais), por conta, principalmente, dos ingressos de recursos oriundos do Tesouro Nacional. Durante o primeiro semestre de 2011, ingressou no patrimônio do FNE um total de R\$ 2.626 milhões, contra R\$ 2.034 milhões ingressados no primeiro semestre 2010. Os reembolsos de operações de crédito do âmbito do FNE no primeiro semestre em 2011 (R\$ 3.055 milhões) foram superiores aos R\$ 2.548 milhões no mesmo período de 2010. Quando são comparadas as posições de 30.06.2011 e 31.12.2010, percebe-se um acréscimo de 5,7% nos saldos de aplicações em operações de crédito do FNE.

Destaca-se, em relação aos recursos do FNE, redução no saldo de disponibilidades no valor de R\$ 468 milhões, e elevação em recursos comprometidos com operações de crédito do Fundo em R\$ 1.024 milhões no primeiro semestre de 2011, comparados com a posição de 31.12.2010.

Discriminação	ATIVOS GLOBAIS (R\$ milhões)					
	BNB			FNE		
	30.06. 2010	31.12. 2010	30.06. 2011	30.06. 2010	31.12. 2010	30.06. 2011
Disponibilidades(*), Aplicações Interfinanceiras e TVM	9.092,4	11.721,3	12.650,7	809,1	1.896,5	1.428,1
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	-	-	-	2.532,2	1.756,6	2.780,8
Relações Interfinanceiras	282,4	271,0	336,7	1.275,3	1.331,4	1.376,5
Operações de Crédito - Retificado por Provisões	8.963,8	10.134,9	9.878,7	26.809,2	28.337,4	29.961,0
Outros Créditos - Retificado por Provisões	1.315,6	1.450,8	1.718,3	2,6	3,1	2,0
Outros Valores e Bens	8,9	13,7	22,0	1,5	1,5	1,5
Permanente	191,1	192,1	196,8	-	-	-
Total	19.854,2	23.783,7	24.803,2	31.429,9	33.326,6	35.549,8

(*) Nas disponibilidades do BNB estão incluídos os recursos disponíveis e os comprometidos com operações de crédito do FNE

Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários, na posição 30.06.2011, correspondia a R\$ 8.709 milhões, apresentando um acréscimo de R\$ 943 milhões (12%) em relação à 31.12.2010, quando totalizava R\$ 7.766 milhões. Essa variação pode ser explicada pela própria atualização da Carteira de Títulos, bem como pelo acréscimo no item Letras Financeiras do Tesouro e Notas do Tesouro Nacional,

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º semestre de 2011

ocasionada em função da elevação das disponibilidades do FNE. Em atendimento à Circular nº 3068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o BNB elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Esse fluxo de caixa demonstra que há disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos Até o Vencimento”. Dessa forma, a Administração do BNB declara que a Instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento. No primeiro semestre de 2011 não foram efetuadas reclassificações dos Títulos e Valores Mobiliários entre as categorias acima, assim como não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

Operações de Crédito Globais

As operações de crédito acrescidas de outras aplicações registradas em rubricas com características de crédito, tais como os adiantamentos sobre contratos de câmbio e créditos concedidos a devedores por compra de valores e bens totalizavam, em 30.06.2011, sem a dedução de provisões, R\$ 42.102 milhões, o que representa um crescimento da ordem de 10,5%, em relação à posição de 30.06.2010.

SALDOS DE APLICAÇÕES POR FONTE/PROGRAMA (R\$ milhões)

Especificação	30.06.2010	31.12.2010	30.06.2011
FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste)	28.109	29.556	31.076
Recursos Internos (exceto Crediamigo e Poupança BNB)	5.945	6.248	6.106
Captações Externas (Câmbio)	483	553	635
Poupança BNB	443	238	204
BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	670	654	626
BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)	676	988	1.136
Crediamigo (Fonte: Bird, FAT, DIM e Recursos Internos)	596	771	878
Fundo de Terras/Reforma Agrária (*)	551	571	-
FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)	264	254	465
STN (Secretaria do Tesouro Nacional)	80	81	80
Incra - Conta Fundiária (*)	70	71	-
FMM (Fundo da Marinha Mercante)	55	59	60
FNE-Repases Lei 7.827 Art 9º, "a" (Dívida Subordinada)	127	782	830
FRT (Fundo Rotativo de Terras) (*)	12	13	-
Outras	5	5	6
Total	38.086	40.844	42.102

(*) Saldos transferidos para contas de compensação

Os saldos das operações de crédito do BNB por setor ao final dos primeiros semestres de 2010 e 2011, demonstrados na tabela a seguir, evidenciam destaque para o crescimento de 50% na carteira de créditos destinados à infraestrutura e desenvolvimento, passando a representar 15,9% das aplicações em operações de crédito do Banco. O setor de indústria, comércio e serviços representa 65,7% do saldo de operações de crédito do BNB, enquanto o setor rural e agroindustrial representa

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º semestre de 2011

12,1%. Em relação às operações de crédito do FNE por setor, comparando-se os finais dos primeiros semestres de 2010 e 2011, destacam-se: o crescimento de 29,4% no setor da infraestrutura e desenvolvimento, o qual passou a representar 15,8% das aplicações em operações de crédito do FNE; e o aumento de 17,6% na carteira destinada aos financiamentos à indústria, comércio e serviços, a qual representa 33% dos saldos globais de operações de crédito do FNE. Os financiamentos rurais apresentaram crescimento de 2,6%, com participação de 50% dos créditos totais.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR SETOR (R\$ milhões)

Discriminação	BNB			FNE		
	30.06.2010	31.12.2010	30.06.2011	30.06.2010	31.12.2010	30.06.2011
Operações de Crédito	8.963,8	10.134,9	9.878,7	26.809,2	28.337,4	29.961,0
• Operações de Crédito	9.512,3	10.715,8	10.515,1	28.109,0	29.556,0	31.076,0
⇒ Indústria, Comércio e Serviços	5.707,9	6.771,2	6.913,6	8.780,6	9.420,5	10.329,1
⇒ Rurais e Agroindustriais	2.124,5	1.961,0	1.276,2	15.149,9	15.419,8	15.548,1
⇒ Infraestrutura e Desenvolvimento	1.114,1	1.426,1	1.669,7	3.805,0	4.392,3	4.923,4
⇒ Refinanciamentos	526,8	533,2	525,0	-	-	-
⇒ Financiamento à Exportação	-	-	-	373,4	323,4	275,4
⇒ Outras	39,0	24,3	130,6	-	-	-
• Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(548,5)	(580,9)	(636,4)	(1.299,8)	(1.218,6)	(1.115,0)
Outros Créditos - Com Características de Concessão de Crédito	432,5	499,9	503,6	-	-	-
• Outros Créditos	464,3	571,9	511,1	-	-	-
⇒ À Importação e Exportação	444,5	529,1	504,3	-	-	-
⇒ Outras	19,8	42,8	6,8	-	-	-
• Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(31,8)	(72,0)	(7,5)	-	-	-
Total	9.396,3	10.634,8	10.382,3	26.809,2	28.337,4	29.961,0

Origem de Recursos

De dezembro de 2010 a junho de 2011, as obrigações do Banco para com terceiros registraram um acréscimo de 5,3%, conforme a tabela a seguir.

ORIGEM DE RECURSOS (R\$ milhões)

Especificação	30.06.2010	31.12.2010	30.06.2011
Depósitos à vista	177	134	153
Depósitos de poupança	1.086	1.289	1.354
Depósitos a prazo	5.072	6.386	6.567
• FAT	355	687	550
• Finor	145	95	241
• Reinvestimentos Lei nº 8.167	328	353	506

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º semestre de 2011

Especificação	30.06.2010	31.12.2010	30.06.2011
• CDB	4.244	5.251	5.270
Depósitos Interfinanceiros e Outros	532	701	742
Recursos FNE (Disponibilidades)	3.344	3.656	4.211
Obrigações por Repasses - Moeda Nacional	1.468	1.687	1.134
• BNDES e Finame	814	986	1.133
• Outras Instituições	654	700	1
Obrigações por Repasses - Moeda Estrangeira	757	729	702
Obrigações por Empréstimos	479	507	598
Captações no Mercado Aberto	456	524	773
Emissão de Títulos no Exterior	0	485	457
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	376	493	372
Passivos Contingentes	1.356	1.433	1.534
• FNE	1.103	1.178	1.249
• Causas Cíveis e Outras	100	93	111
• Causas Trabalhistas	153	162	174
Provisões Sociais e Estatutárias	68	131	181
Pagamentos a Efetuar	1.194	1.054	1.074
• Benefícios pós-emprego (Deliberação CVM 600)	1.077	925	919
• Outros	117	129	155
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (FNE)	1.050	1.102	1.157
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida		1.004	1.074
Outras Obrigações	378	292	414
Total das Obrigações para com Terceiros	17.793	21.607	22.497
Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
Patrimônio Líquido	2.061	2.177	2.306
Total Passivo + Patrimônio Líquido BNB	19.854	23.784	24.803
Recursos FNE (demais)	27.036	28.569	30.300
Total	46.890	52.353	55.103

Patrimônio Líquido

O BNB apresentou, em 30.06.2011, um Patrimônio Líquido de R\$ 2.305,7 milhões (R\$ 2.177,3 milhões, em 31.12.2010) e um capital social de R\$ 2.010,0 milhões (R\$ 1.850,0 milhões em 31.12.2010), representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas.

Resultados

O lucro líquido do BNB no primeiro semestre de 2011 importou em R\$ 300,7 milhões, montante 173% superior ao apresentado no mesmo período em 2010 (R\$ 110,1 milhões). O lucro líquido por ação, que em 30.06.2010 era R\$ 1,26, passou, em 30.06.2011, para R\$ 3,46. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio, em 30.06.2011, foi de 28,49% a.a. Esse índice foi de 14,87% a.a. em 31.12.2010 e de 10,87% a.a. em 30.06.2010.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º semestre de 2011

Índice de Adequação Patrimonial

A partir de 01.07.2008, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.490 e normas complementares, estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a risco. As diretrizes vigentes mantiveram, para 30.06.2011, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é relação entre o Patrimônio de Referência (PR) de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas, riscos de mercado e riscos operacionais. Em 30.06.2011, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia) do BNB foi de 17,23% (13,78% em 30.06.2010), enquanto o PR foi de R\$ 4.515,8 milhões (R\$ 3.067,8 milhões em 30.06.2010). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R\$ 2.833,3 milhões em 30.06.2011 (R\$ 2.432,6 milhões em 30.06.2010). Em julho de 2009 e em junho de 2010, o BNB celebrou contrato de dívida subordinada com o FNE e foi autorizado pelo Banco Central a considerar os valores do âmbito desses contratos como capital de nível II, com reflexo positivo no índice de Basileia da Instituição. Em 22.12.2010, nos termos da Lei nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória nº 513, de 26.11.2010, o BNB e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1 bilhão, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011, por intermédio do ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Banco Central autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de nível II. O referido contrato não possui data de vencimento.

Avaliação de Risco Internacional e Local – Rating

No primeiro semestre de 2011 as três principais agências internacionais de *rating* elevaram o conceito do BNB. A *Moody's Investors Service* atribuiu, em 2010, o grau de investimento em escala global ao BNB. No final do primeiro semestre de 2011 a Agência elevou o *rating* do BNB para Baa2 em depósito em moeda estrangeira de longo prazo e para *Prime-2* para depósito em moeda estrangeira de curto prazo. Já na escala nacional, a agência manteve o *rating* de Aaa.br de longo prazo e BR-1 de curto prazo. Todos os *ratings* têm perspectiva estável. A *Fitch* também atribuiu, em 2010, o grau de investimento em escala global ao BNB. Já no primeiro semestre de 2011, os *ratings* atribuídos ao BNB foram melhorados, onde o IDR de Longo Prazo em moeda estrangeira e em moeda local ficaram em 'BBB', com perspectiva estável. Os IDR's de curto prazo, tanto em moeda estrangeira quanto em moeda local, ficaram em 'F2'. O *rating* nacional de longo prazo e de curto prazo foram 'AAA(bra)' e 'F1+(bra)', respectivamente. De acordo com a Agência, a classificação atribuída reflete a importância do BNB para o desenvolvimento da região Nordeste do país. Já a *Standard & Poor's* alterou no primeiro semestre de 2011 a perspectiva do BNB na escala global em moeda estrangeira de "estável" para "positiva", ficando o *rating* BBB-/Positiva/A-3. Em moeda local manteve BBB-/Estável/A-3. Para a Agência, o BNB tem um importante papel nas políticas públicas da região Nordeste do país e é apoiado por seu acionista majoritário, o governo federal.

Convergência Contábil aos Padrões Internacionais

No primeiro semestre de 2011, o BNB passou a divulgar suas demonstrações financeiras anuais com a adoção do padrão contábil *International Financial Reporting Standards* (IFRS), preconizado pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), em seu portal na internet. As primeiras

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º semestre de 2011

demonstrações disponíveis são relativas à posição de 31.12.2010 (comparando-se com as de 31.12.2009).

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE (ETENE)

O BNB, por meio de seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), que tem como responsabilidades básicas elaborar, promover e difundir conhecimentos técnicos e científicos que subsidiem as ações do Banco em sua área de atuação visando ao desenvolvimento sustentável, realizou no primeiro semestre de 2011 avaliações de resultados e impactos dos seguintes programas: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Resultados e Impactos 2009; Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (FNE - Proinfra); FNE - Rural: bovinocultura de leite, bovinocultura de corte e cultivo da soja; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Resultados e Impactos 2010; e Relatório de Resultados e Impactos do FNE 2010. Encontram-se ainda em andamento: Avaliação dos Impactos dos Investimentos do FNE na Geração de Emprego no Período de 2000 a 2008; Avaliação de Impacto do Agroamigo e do Crediamigo; Avaliação do FNE Verde; e elaboração de uma base de dados para avaliação do impacto econômico do FNE em nível municipal.

Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento

Nos três fundos administrados de apoio à pesquisa – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (Fase) e Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) – o BNB aplicou R\$ 18,2 milhões em 381 projetos no primeiro semestre de 2011.

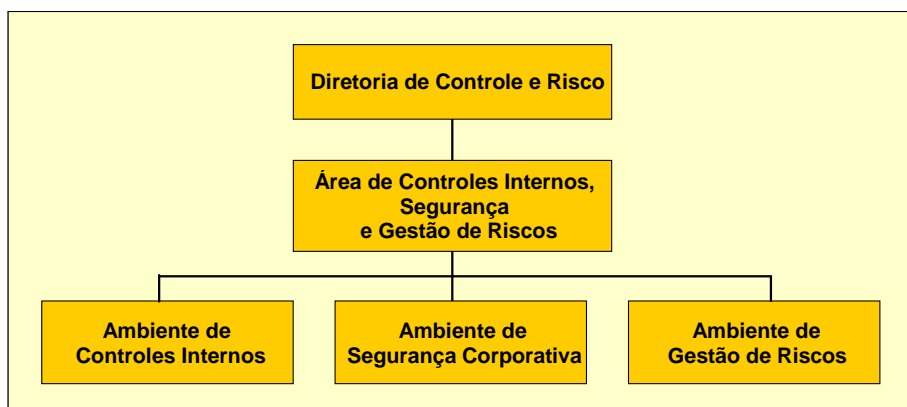
GOVERNANÇA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura organizacional do BNB está desenhada com base em princípios de governança corporativa que visam prover solidez ao Banco por meio de um adequado gerenciamento dos riscos envolvidos e da geração de resultados positivos. O Banco conta com uma diretoria específica para tratar de controle e risco, atendendo às Resoluções nº 3.380, 3.464 e 3.721 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que determinam às instituições financeiras a implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, de risco de mercado e de risco de crédito. Subordinada a essa Diretoria, a Área de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos responde pela supervisão de três Ambientes: Controles Internos, Segurança Corporativa e Gestão de Riscos.

ESTRUTURA DA DIRETORIA DE CONTROLE E RISCO

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º semestre de 2011



A Área de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos tem como responsabilidades básicas: desenvolver estratégias para identificar, avaliar, monitorar, controlar, gerir e mitigar os riscos de crédito, de mercado e liquidez e operacional e definir os níveis de alocação de capital mínimo para suportar esses riscos; definir e gerenciar, em conjunto com as demais áreas do Banco, as ações de segurança corporativa, compreendendo: segurança física e lógica da informação, segurança bancária, segurança patrimonial, segurança das comunicações e segurança pessoal; e implementar controles internos, de forma segregada das demais áreas, das atividades desenvolvidas em todas as unidades do Banco, envolvendo os processos operacionais e gerenciais, sistemas de informações e, ainda, assegurar o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis. O Ambiente de Controles Internos é responsável por: definir mecanismos e procedimentos de controle voltados para a mitigação dos riscos do Banco em suas atividades e sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais; executar, de forma segregada das demais funções do Banco, as atividades referentes à gestão do Sistema de Controles Internos, com vistas a assegurar a eficiência dos controles existentes em cada processo; acompanhar o cumprimento, pelas demais áreas do Banco, das normas legais e regulamentares aplicáveis à Instituição; e verificar a conformidade das operações, processos, produtos e serviços. O Ambiente de Segurança Corporativa tem como funções: definir, gerenciar e participar da implementação de procedimentos de segurança corporativa, compreendendo: segurança física e lógica da informação, segurança bancária, segurança patrimonial, segurança das comunicações e segurança pessoal, especialmente de gestores e responsáveis pela guarda e movimentação de numerário; e disseminar as políticas e ações voltadas à prevenção e combate à lavagem de dinheiro, bem como monitorar a efetividade dos procedimentos adotados. Já o Ambiente de Gestão de Riscos responde por assegurar a manutenção de níveis de risco adequados às estratégias e estrutura de capital do Banco, por meio da gestão de modelos e metodologias voltados ao risco de crédito, de mercado e liquidez e operacional.

A descrição completa da estrutura de gerenciamento dos riscos operacional, de crédito, de mercado e de liquidez do BNB constará de seu Relatório Anual 2011, a ser editado ao longo do ano de 2012. O documento é disponibilizado na Internet por meio do portal www.bnb.gov.br e distribuído a público de relacionamento do Banco. Nesse endereço da Internet, no *link* Relação com Investidores, podem ainda ser encontradas informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular 3.477 do Banco Central do Brasil.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º semestre de 2011

Comitê de Auditoria, Auditoria Interna, Ouvidoria Institucional e Comissão de Ética

O BNB conta com um Comitê de Auditoria – órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração –, instituído e regulamentado por intermédio da Resolução 3.198/2004 do Conselho Monetário Nacional. As atividades do Colegiado são relatadas semestralmente por meio do seu Relatório de Atividades, cujo resumo compõe a publicação do conjunto das Demonstrações Financeiras do Banco. Durante o primeiro semestre de 2011, o Comitê focou sua atuação no acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas pela Auditoria Independente, Auditoria Interna, Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos, revisão e avaliação da qualidade das Demonstrações Financeiras, procedimentos de recuperação de crédito e no desempenho da Ouvidoria. Atuou, também, oferecendo recomendações à Diretoria do Banco quanto ao aperfeiçoamento de controles e à observância de normas legais e regulamentos internos.

A Auditoria Interna, vinculada funcionalmente ao Conselho de Administração, tem como responsabilidade básica assessorar a alta administração e colegiados estatutários (Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Comitê de Auditoria), fornecendo informações relativas à eficácia do gerenciamento dos riscos e dos controles dos processos da Instituição, adotando uma abordagem independente, sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria desses processos e, por consequência, aprimoramento da governança corporativa do Banco.

A Ouvidoria, como órgão legítimo de representação do cidadão no BNB, provê tratamento das demandas encaminhadas pelos clientes em instância de recurso às soluções eventualmente não satisfatórias fornecidas pelos canais habituais de atendimento. Atua como interlocutora entre os clientes e as instâncias internas da Instituição à luz dos preceitos do Código de Defesa do Consumidor, por vezes exercendo papel de mediadora de conflitos.

A Comissão de Ética do BNB é um colegiado voltado à promoção de ações educativas, preventivas e corretivas concernentes à ética profissional do colaborador no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, cuja atuação se insere nos regramentos dos Decretos nº 1.171, de 22.06.1994, e nº 6.029, de 01.02.2007, do Governo Federal. As atividades da Comissão de Ética são relatadas anualmente à Comissão de Ética Pública (CEP).

Relação com Investidores e com Mercado Financeiro

O BNB dispõe de uma unidade organizacional específica de Relacionamento com Investidores e Mercado Financeiro com o objetivo de prestar atendimento aos acionistas e investidores do Banco, operacionalizar a distribuição de títulos e valores mobiliários e coordenar as operações sindicalizadas. Dessa forma o Banco amplia a oferta de produtos e serviços ao mercado, dissemina a cultura de transparência e fortalece as boas práticas de governança corporativa. Consolidando o seu esforço de colocação de papéis no mercado de capitais, o BNB continua participando ativamente na distribuição de operações neste segmento, cujo valor total alcançou no primeiro semestre de 2011 a marca de R\$ 252 milhões nos mercados primário e secundário. Com essa atuação, o Banco atingiu o 10º lugar no *ranking* de Distribuição - segmento de Renda Fixa - mercado primário - divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º semestre de 2011

INSTRUÇÃO CVM

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003, o BNB informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no 1º semestre de 2011, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Fortaleza, 5 de agosto de 2011

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 25- Benefícios a Empregados
Nota 10- Outros Créditos	Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 12- Permanente	Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basiléia
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto	Nota 29 - Partes Relacionadas
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 30- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	
Nota 16- Outras Obrigações	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal Nº 1.649, de 19.07.1952. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional. Classificado como banco múltiplo, o Banco do Nordeste está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras assim classificadas, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar Nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis Nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil – BACEN e Comissão de Valores Mobiliários – CVM e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC-01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução Nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC-03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução Nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC-05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução Nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC-24 – Eventos Subsequentes (Resolução Nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC-25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução Nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN); e
- CPC-33 – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM Nº 600, de 7.10.2009).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis**a) Critérios de Reconhecimento dos Resultados**

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se o seguinte:

- a.1) os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos são apropriados *pro rata* dia;
- a.2) as provisões, inclusive os encargos sobre férias, licença-prêmio e 13º salário, são reconhecidos por competência mensal, segundo o período incorrido; e
- a.3) são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

Notas Explicativas

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido;

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco do Nordeste no mercado de derivativos restringe-se a operações de "swap", exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário.

As operações de "swap" são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços e as valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas.

No cálculo do valor de mercado das operações de "swap" são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

g) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN Nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

h) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

i) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Notas Explicativas

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN N° 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

j) Imposto de Renda, Contribuição Social, PASEP e COFINS

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre provisões para operações de crédito e liquidação duvidosa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O PIS/Pasep e a COFINS são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

k) Benefícios a Empregados

O Banco mantém para seus empregados benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica, do tipo “benefício definido”.

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM N° 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa. A política anteriormente adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o disposto nos itens 52 a 55 do Anexo da Deliberação CVM N° 371, ou seja, reconhecia a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que excedia o maior valor entre: 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano. Os efeitos da adoção inicial da Deliberação CVM N° 600, a partir de 01.01.2009, foram reconhecidos integralmente nas demonstrações encerradas em 31.12.2010.

l) Avaliação do Valor Recuperável

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN N° 3.823, de 16.12.2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

n) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, outras provisões e cálculo de provisões técnicas de plano de assistência médica e planos de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

NOTA 4 – Informações por Segmento em R\$ Mil

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

- Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
- FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE e a prestação de serviços de administração dessa carteira.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas. Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 30.06.2011 e 30.06.2010.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”, em R\$ Mil:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
---------------	------------	------------

Notas Explicativas

	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	1.350.134	673.797	2.023.931	1.031.677	502.597	1.534.274
Receitas de Operações de Crédito	783.262	-	783.262	695.274	-	695.274
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	370.341	277.648	647.989	199.762	178.274	378.036
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	(40.167)	-	(40.167)	(5.652)	-	(5.652)
Resultado de Operações de Câmbio	34.656	-	34.656	54.864	-	54.864
Resultado de Aplicações Compulsórias	8.397	-	8.397	10.275	-	10.275
Outras Receitas	193.645	396.149	589.794	77.154	324.323	401.477
Despesas	(539.621)	(443.709)	(983.330)	(497.805)	(410.362)	(908.167)
Despesas de captação no mercado	(426.514)	-	(426.514)	(251.994)	-	(251.994)
Despesas com operações de empréstimos e repasses	(8.122)	(264.834)	(272.956)	(67.526)	(170.251)	(237.777)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(104.985)	(178.875)	(283.860)	(178.285)	(236.415)	(414.700)
Provisão Proagro a Receber	-	(101)	(101)	-	(3.696)	(3.696)
Margem Financeira	810.513	230.088	1.040.601	533.872	92.235	626.107
Rendas de Prestação de Serviços	115.569	520.828	636.397	153.523	440.892	594.415
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	9.435	-	9.435	6.139	-	6.139
Pasep e Cofins	(40.363)	(44.689)	(85.052)	(36.163)	(37.235)	(73.398)
Resultado após tarifas e comissões	895.154	706.227	1.601.381	657.371	495.892	1.153.263
Despesas Administrativas			(846.544)			(763.519)
Despesas de pessoal			(484.654)			(458.976)
Depreciação e Amortização			(13.394)			(12.716)
Outras despesas administrativas			(348.496)			(291.827)
Outras Despesas			(239.634)			(104.019)
Despesas de provisões, exceto crédito			(41.137)			(24.512)
Lucro antes da tributação e participações			474.066			261.213
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			(148.204)			(141.088)
Participações no lucro			(25.169)			(10.070)
Lucro Líquido			300.693			110.055

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa em R\$ Mil

As aplicações em Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez referem-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação é igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
Disponibilidades em moeda nacional	87.582	80.923
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.630	1.468
Total da Disponibilidade de Caixa	90.212	82.391
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	-	88.333
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.549.237	3.698.775
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.639.449	3.869.499

Notas Explicativas

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez em R\$ Mil

a) Composição

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
a) Aplicações no Mercado Aberto	3.503.949	3.451.521
Re vendas a Liquidar-Posição Bancada	3.415.123	3.363.525
Re vendas a Liquidar-Posição Financiada	88.826	87.996
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	347.001	420.589
Aplicações em Moeda Estrangeira	36.177	13.475
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	310.824	407.114
TOTAL	3.850.950	3.872.110
SALDO DE CURTO PRAZO	3.850.950	3.872.110

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez em R\$ Mil

Especificação	2º trimestre	30.06.2011	2º trimestre	30.06.2010
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	81.721	177.258	72.944	133.125
Posição Bancada	79.220	172.678	70.991	129.598
Posição Financiada	2.501	4.580	1.953	3.527
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.412	16.240	5.681	11.521
TOTAL (Nota 7.b)	90.133	193.498	78.625	144.646

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
Títulos Disponíveis para Venda	8.698.275	7.758.083
Títulos Mantidos até o Vencimento	11.009	8.378
Diferencial a Receber Swap	293	305
TOTAL	8.709.577	7.766.766
SALDO DE CURTO PRAZO	252.069	1.026.946
SALDO DE LONGO PRAZO	8.457.508	6.739.820

a.2) Títulos Disponíveis para Venda em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011			
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	8.303.029	8.260.448	(42.581)	
Letras Financeiras do Tesouro	6.502.958	6.501.693	(1.265)	2011 a 2017
Notas do Tesouro Nacional	1.065.138	1.051.365	(13.773)	2050
Letras Financeiras	30.309	30.309	-	2016
Debêntures	653.908	653.222	(686)	2012 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	19.031	19.031	-	2013
Títulos Públicos Federais – FCVS	7.522	4.696	(2.826)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	23.984	-	(23.984)	1993
Títulos da Dívida Agrária	179	132	(47)	2011 a 2022
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	13.732	12.452	(1.280)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.280	-	(1.280)	2014
Cotas de FIDC	12.207	12.207	-	2014
FGI – Fundo Garantidor para Investimentos	245	245	-	Sem Vencimento
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	144.159	246.061	101.902	
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	552	(3.659)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	245.509	105.561	Sem Vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA⁽¹⁾	179.926	179.314	(612)	
Letras Financeiras do Tesouro	175.630	175.625	(5)	2013 a 2017
Títulos Públicos Federais – Outros	607	-	(607)	1993
Debêntures	3.689	3.689	-	2018
TOTAL DA CATEGORIA	8.640.846	8.698.275	57.429	
Crédito Tributário	-	-	19.255	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 16.d)	-	-	(42.227)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	-	-	34.457	

⁽¹⁾ Além dos títulos dados em garantia referidos no quadro acima, existem R\$ 3.689 mil de LFT e R\$ 74 mil de CVS não bloqueados pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, pois aguardam manifestação judicial acerca da aceitação, ou não, destes ativos financeiros, para fins da efetivação da penhora.

Especificação	31.12.2010
---------------	------------

Notas Explicativas

	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	7.288.386	7.259.257	(29.129)	
Letras Financeiras do Tesouro	5.648.455	5.646.915	(1.540)	2011 a 2017
Notas do Tesouro Nacional	844.817	844.253	(564)	2015
Letras Financeiras	30.313	30.313	-	2016
Debêntures	520.905	520.204	(701)	2012 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	30.811	30.811	-	2011 a 2013
Notas Promissórias	182.165	182.165	-	2011
Títulos Públicos Federais – FCVS	7.721	4.583	(3.138)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros (1)	23.181	-	(23.181)	1993
Títulos da Dívida Agrária	18	13	(5)	2011 a 2015
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	15.799	14.552	(1.247)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.247	-	(1.247)	Sem Vencimento
Cotas de FIDC	14.552	14.552	-	2012
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	144.159	258.673	114.514	
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	506	(3.705)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	258.167	118.219	Sem Vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA	226.188	225.601	(587)	
Letras Financeiras do Tesouro	221.920	221.920	-	2011 a 2015
Títulos Públicos Federais – Outros (1)	587	-	(587)	1993
Debêntures	3.681	3.681	-	2018
TOTAL DA CATEGORIA	7.674.532	7.758.083	83.551	
Crédito Tributário	-	-	13.873	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 15.c)	-	-	(47.294)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	-	-	50.130	

⁽¹⁾ Além dos títulos dados em garantia referidos no quadro acima, existem R\$ 217.193 mil de LFT e R\$ 74 mil de CVS não bloqueados pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLIC, pois aguardam manifestação judicial acerca da aceitação, ou não, destes ativos financeiros, para fins da efetivação da penhora.

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" registra aplicações financeiras em título público denominado pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatado pelo Tesouro Nacional.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria acima, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial" o valor de R\$ 57.429 mil (R\$ 83.551 mil em 31.12.2010). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 34.457 mil (R\$ 50.130 mil em 31.12.2010).

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011			31.12.2010		
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	11.009	11.009		8.378	8.378	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	2.341	2.341	2013	1.608	1.608	2011
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	436	436	2012 a 2014	421	421	2012 a 2014
Cotas Fundo Investimento CRIATEC	7.082	7.082	2017	5.200	5.200	2017
FIP Nordeste Energia	-	-		231	231	Sem Vencimento
FGO – Fundo Garantia de Operações	172	172	Sem Vencimento	-	-	
FIP Brasil Agronegócios	978	978	2018	918	918	2018
TOTAL DA CATEGORIA	11.009	11.009		8.378	8.378	

a.4) Em outubro de 2010, por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data de classificação, o Banco reclassificou as cotas do Fundo de Investimento em Participações Nordeste Energia da categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" para a categoria "Títulos Disponíveis para Venda". Referidas cotas adquiridas em 2008 e vendidas em 15.10.2010 proporcionaram um ganho de R\$ 7.500 mil ao Banco.

a.5) No primeiro semestre de 2011, não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.6) Para a obtenção do valor de mercado foram adotados os seguintes critérios:

- Títulos de Renda Fixa: nível médio de ágio/deságio negociado no mercado secundário, conforme divulgação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA;
- Títulos da Dívida Agrária – TDA, Debêntures, CCB e Notas Promissórias: ágio/deságio médio observado na última negociação registrada na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos; e
- Títulos de Renda Variável: cotação média dos ativos na BM&F BOVESPA.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários em R\$ Mil

Notas Explicativas

Especificação	2º trimestre	30.06.2011	2º trimestre	30.06.2010
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6.b)	81.721	177.258	72.944	133.125
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	8.412	16.240	5.681	11.521
Títulos de Renda Fixa	249.419	451.724	120.327	230.827
Títulos de Renda Variável	2.746	2.767	422	2.563
TOTAL	342.298	647.989	199.374	378.036

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco do Nordeste utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Considerando o conservadorismo da administração de carteiras do Banco do Nordeste, sua atuação no mercado de derivativos restringe-se a operações de "swap", exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário.

As operações de "swap" são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes.

O Banco possui operações de "swap", que se encontram registradas na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial nas contas Diferencial a Pagar e Diferencial a Receber, conforme apresentado nos quadros a seguir em R\$ Mil:

Composição em 30.06.2011							
CONTRATOS DE SWAP	VR. NOCIONAL	VALOR JUSTO		CURVA		AJUSTE A MERCADO	
		A RECEBER	A PAGAR	A RECEBER	A PAGAR	POSITIVO	NEGATIVO
POSIÇÃO ATIVA							
Moeda Estrangeira (Dólar)	509.020	-	53.357	-	41.005	-	12.352
POSIÇÃO PASSIVA							
Mercado Interfinanceiro (CDI)	-	-	-	-	-	-	-
Taxa Pré-fixada	341.219	293	18.214	122	12.726	171	5.487
Moeda Estrangeira (Dólar)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	850.239	293	71.571	122	53.731	171	17.839

Composição em 31.12.2010							
CONTRATOS DE SWAP	VR. NOCIONAL	VALOR JUSTO		CURVA		AJUSTE A MERCADO	
		A RECEBER	A PAGAR	A RECEBER	A PAGAR	POSITIVO	NEGATIVO
POSIÇÃO ATIVA							
Moeda Estrangeira (Dólar)	509.020	-	28.855	-	11.174	-	17.681
POSIÇÃO PASSIVA							
Mercado Interfinanceiro (CDI)	-	-	-	-	-	-	-
Taxa Pré-fixada	544.399	305	29.283	148	17.459	157	11.824
Moeda Estrangeira (Dólar)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.053.419	305	58.138	148	28.633	157	29.505

Valores em Risco de Operações de Swap	30.06.2011	31.12.2010
HEDGE DE RISCO DE MERCADO – ATIVO	465.089	488.587
ITENS OBJETO DE HEDGE – PASSIVO	456.615	485.113
HEDGE DE RISCO DE MERCADO – PASSIVO	445.542	667.566
ITENS OBJETO DE HEDGE – ATIVO	410.453	655.709

Composição em 30.06.2011		
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	105	5.059
3 a 12 meses	60	2.513
1 a 3 anos	128	8.829
3 a 5 anos	-	55.170
TOTAL	293	71.571

Composição em 31.12.2010		
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	53	2.490
3 a 12 meses	157	9.628
1 a 3 anos	95	13.000

Notas Explicativas

3 a 5 anos	-	33.020
TOTAL	305	58.138

No cálculo do valor de mercado das operações de "swap" são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Na determinação do risco de crédito, são utilizados os índices de correlação e os fatores de risco divulgados pelo Banco Central do Brasil.

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos em R\$ Mil

Especificação	2º trimestre	30.06.2011	2º trimestre	30.06.2010
Swap	(25.227)	(40.167)	285	(5.652)
TOTAL	(25.227)	(40.167)	285	(5.652)

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
Recolhimentos obrigatórios – Poupança	195.532	196.368
Reservas compulsórias - Recursos à Vista	28.294	33.680
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	28.666	27.718
Tesouro Nacional - Crédito Rural	4.388	4.300
TOTAL	256.880	262.066
SALDO DE CURTO PRAZO	227.874	234.019
SALDO DE LONGO PRAZO	29.006	28.047

b) Resultado de Aplicações Compulsórias em R\$ Mil

Especificação	2º trimestre	30.06.2011	2º trimestre	30.06.2010
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	3.683	7.166	2.787	5.255
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	20	1.677	14	9.114
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	861	67	709	29
Desvalorização de Créditos Vinculados	(458)	(513)	(2.663)	(4.123)
TOTAL	4.106	8.397	847	10.275

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) A Carteira de Crédito e a Provisão para Operações de Crédito estão assim compostas em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011		31.12.2010	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	10.515.113	(636.443)	10.715.838	(580.934)
Curto Prazo	4.817.993	(378.649)	4.470.238	(246.074)
Longo Prazo	5.697.120	(257.794)	6.245.600	(334.860)
Outras Rubricas com Características de Crédito	511.076	(7.480)	571.930	(71.984)
Curto Prazo	510.187	(4.572)	547.862	(18.321)
Longo Prazo	889	(2.908)	24.068	(53.663)
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	11.026.189	(643.923)	11.287.768	(652.918)

a.1) Composição da Carteira de Crédito em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
Adiantamentos a Depositantes	750	1.417
Empréstimos	5.025.665	4.882.670
Títulos Descontados	163.773	170.113
Financiamentos	1.723.162	1.716.772
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	130.647	24.311
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	525.012	533.239
Financiamentos Rurais e Agroindustriais ⁽¹⁾	1.276.179	1.961.023
Financiamentos Imobiliários ⁽²⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.669.682	1.426.050
Subtotal de Operações de Crédito	10.515.113	10.715.838
Avais e Fianças Honrados	70	20
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	9.909	9.896
Devedores por Compra de Valores e Bens	2.627	2.298
Títulos e Créditos a Receber	4.082	40.526
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽³⁾	494.388	519.190
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	511.076	571.930
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	11.026.189	11.287.768

⁽¹⁾ Redução de R\$ 685.000 mil em financiamentos rurais e agroindustriais, em virtude de reclassificação para contas de compensação "PATRIMÔNIO DE FUNDOS PÚBLICOS ADMINISTRADOS", por se tratarem de operações de crédito administradas pelo Banco com recursos, principalmente, do Fundo de Terras, Banco da Terra, INCRA - Conta Fundiária e Fundo Rotativo de Terras. Em contrapartida, ocorreu a reclassificação do passivo que se encontrava registrado em "OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS" (Nota 14.c)

⁽²⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽³⁾ Contas classificadas como "OUTRAS OBRIGAÇÕES/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito em R\$ Mil

Notas Explicativas

Especificação	2º trimestre	30.06.2011	2º trimestre	30.06.2010
Empréstimos e Títulos Descontados	220.086	438.179	184.463	357.723
Financiamentos	111.743	222.349	97.427	146.440
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	33.041	75.881	48.487	147.838
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	24.198	47.207	26.333	43.864
Avais e Fianças Honrados	1	1	-	-
Outros Valores	(125)	(355)	(99)	(591)
TOTAL	388.944	783.262	356.611	695.274

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento em R\$ Mil

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2011	Total em 31.12.2010
Rural	24.197	22.694	36.013	53.508	58.899	1.029.381	1.224.692	1.882.050
Indústria	258.559	167.445	115.920	525.487	472.597	1.300.160	2.840.168	2.505.673
Governo	3.354	3.354	12.313	10.063	25.085	1.171.150	1.225.319	1.257.660
Outros Serviços	137.897	97.405	132.291	318.398	850.824	1.422.903	2.959.718	2.715.425
Comércio	262.043	196.239	178.212	366.389	419.204	396.608	1.818.695	1.778.739
Intermediários Financeiros	33.174	17.736	14.796	45.938	84.528	185.350	381.522	695.342
Habitação	243	-	-	-	-	-	243	243
Pessoas Físicas	5.147	3.891	3.651	12.201	9.974	16.096	50.960	48.783
TOTAL	724.614	508.764	493.196	1.331.984	1.921.111	5.521.648	10.501.317	10.883.915

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 30.06.2011	Total em 31.12.2010
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	294	377	627	1.927	3.072	19.425	25.722	32.184
Indústria	1.616	1.379	1.858	9.000	16.526	114.858	145.237	32.213
Outros Serviços	2.812	12.334	2.270	6.810	10.322	22.369	56.917	45.564
Comércio	5.130	6.504	4.564	11.929	17.046	17.216	62.389	77.687
Intermediários Financeiros	111	108	105	335	682	3.003	4.344	16
Pessoas Físicas	295	318	290	652	963	1.622	4.140	4.038
TOTAL	10.258	21.020	9.714	30.653	48.611	178.493	298.749	191.702

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas							Total em 30.06.2011	Total em 31.12.2010
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	168	919	1.556	1.703	11.183	6.213	14.768	36.510	60.270
Indústria	1.758	1.195	3.659	2.564	16.779	46.806	635	73.396	67.848
Outros Serviços	1.902	3.638	4.825	4.001	19.551	26.326	1.184	61.427	38.589
Comércio	2.385	7.159	8.561	4.659	12.266	13.497	2.554	51.081	41.802
Intermediários Financeiros	1	-	153	1	-	-	-	155	2
Pessoas Físicas	122	299	521	476	746	1.180	210	3.554	3.640
TOTAL	6.336	13.210	19.275	13.404	60.525	94.022	19.351	226.123	212.151

c) Composição das Operações por Níveis de Risco em R\$ Mil

Nível de Risco	30.06.2011				31.12.2010			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	2.954.782	-	2.954.782	-	3.640.505	-	3.640.505	-
A	4.711.340	-	4.711.340	23.557	3.847.921	-	3.847.921	19.239
B	2.332.572	34.760	2.367.332	23.673	2.635.606	38.743	2.674.349	26.743
C	155.943	40.965	196.908	5.907	262.461	23.563	286.024	8.581
D	106.049	23.605	129.654	12.965	111.266	18.644	129.910	12.991
E	41.306	25.394	66.700	20.010	56.686	36.090	92.776	27.833
F	12.309	41.339	53.648	26.824	34.525	46.511	81.036	40.518
G	23.420	26.042	49.462	34.624	17.621	43.157	60.778	42.544
H	163.596	332.767	496.363	496.363	277.324	197.145	474.469	474.469
TOTAL	10.501.317	524.872	11.026.189	643.923	10.883.915	403.853	11.287.768	652.918

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
Saldo Inicial	652.918	615.845

Notas Explicativas

(+) Constituição de provisão líquida no período	104.418	392.528
(-) Créditos baixados como prejuízo no período	(113.413)	(355.455)
(=) Provisão para perdas da carteira de crédito	643.923	652.918
(+) Provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito (Nota 10.f)	27.278	31.706
(=) Saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa	671.201	684.624

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão em R\$ Mil

Especificação	2º trimestre	30.06.2011	2º trimestre	30.06.2010
(+) Despesas de provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	68.303	132.480	132.583	177.378
(+) Despesas de provisão de outros créditos de liquidação	-	-	-5.207	678
(-) Reversões de provisões operacionais	(9.093)	(28.062)	(1)	(7.502)
(=) Saldo da despesa de provisão com característica de concessão de crédito	59.210	104.418	127.375	170.554
(+) Despesas de provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito	(355)	567	574	8.218
(-) Reversões de provisões de outros créditos sem características de concessão de crédito	-	-	(337)	(487)
(=) Saldo da despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	58.855	104.985	127.612	178.285

f) No 1º semestre foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 47.207 mil (R\$ 43.864 mil em 30.06.2010) e as renegociações importaram em R\$ 287.948 mil (R\$ 661.607 mil em 30.06.2010).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal em R\$ Mil

Em decorrência da aplicação das Leis Nº 11.322, de 13.07.2006, Nº 11.775, de 17.09.2008 e Nº 12.249, de 11.06.2010, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 30.06.2011, um efeito positivo no valor de R\$ 88.288 mil (R\$ 26.481 mil em 30.06.2010), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE:

Especificação	2º trimestre	30.06.2011	2º trimestre	30.06.2010
Efetivação de Rendas	20.914	33.500	7.269	15.419
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	10.977	16.707	1.724	5.307
Despesas com Deságios	(6.629)	(12.025)	(1.705)	(2.444)
Efeito Líquido de Provisões	31.958	50.106	262	8.199
TOTAL	57.220	88.288	7.550	26.481

NOTA 10 – Outros Créditos em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
a) Créditos por Avais e Fianças Honorados	70	20
b) Carteira de Câmbio (Nota 11)	483.434	521.843
c) Rendas a Receber	23.840	25.570
d) Negociação e Intermediação de Valores	6	-
e) Diversos	1.245.652	1.007.017
Créditos Tributários - Diferenças Temporárias (Nota 21.b)	293.313	277.353
Créditos Tributários -TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Notas 7.a.2 e 21.b)	19.255	13.873
Devedores por Depósitos em Garantia	710.278	367.471
Impostos e Contribuições a Compensar	95.424	177.148
Decorrentes de Antecipação - IN SRF Nº 90/92	86.656	170.353
Outros Valores	8.768	6.795
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	4.082	40.526
Adiantamentos e Antecipações Salariais	18.698	2.111
Pagamentos a Ressarcir	8.075	8.110
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	2.971	8.320
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	17.353	27.142
Outros Valores	49.455	58.215
f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(34.758)	(103.690)
Com Características de Concessão de Crédito	(7.480)	(71.984)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(27.278)	(31.706)
TOTAL	1.718.244	1.450.760
SALDO DE CURTO PRAZO	1.544.509	1.380.525
SALDO DE LONGO PRAZO	173.735	70.235

NOTA 11 – Carteira de Câmbio em R\$ Mil

Notas Explicativas

a) Composição

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
Ativo – Outros Créditos	483.434	
Câmbio Comprado a Liquidar	468.045	511.266
Direitos sobre Vendas de Câmbio	6.862	2.883
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(1.382)	(2.202)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	9.909	9.896
Ativo Circulante	483.434	521.843
Passivo – Outras Obrigações	8.885	
Obrigações por Compras de Câmbio	496.439	532.891
Câmbio Vendido a Liquidar	6.834	2.855
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio)	(494.388)	(519.190)
Outros Valores	-	45
Passivo Circulante	8.885	16.601

b) Resultado de Câmbio em R\$ Mil

Especificação	2º trimestre	30.06.2011	2º trimestre	30.06.2010
Rendas de Câmbio	26.086	34.865	28.061	55.584
Despesas de Câmbio	(107)	(209)	(211)	(720)
TOTAL	25.979	34.656	27.850	54.864

NOTA 12 – Permanente em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
a) Investimentos	1.492	1.429
a.1) Outros Investimentos	6.795	6.732
Investimentos por Incentivos Fiscais	5.011	5.011
Ações e Cotas	944	944
Bens Artísticos e Valiosos	840	777
a.2) Provisões para Perdas	(5.303)	(5.303)
Investimentos por Incentivos Fiscais	(5.010)	(5.010)
Ações e Cotas	(293)	(293)
b) Imobilizado	193.189	188.219
b.1) Imóveis de Uso	137.266	132.615
Terrenos	6.558	6.567
Edificações	130.708	126.048
b.2) Reavaliações de Imóveis de Uso	109.995	111.628
Terrenos – Reavaliações	10.686	10.930
Edificações – Reavaliações	99.309	100.698
b.3) Outras Imobilizações de Uso	164.607	151.302
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	65.670	63.401
Sistema de Processamento de Dados	68.278	56.177
Sistema de Segurança	9.601	9.549
Sistema de Transporte	16.120	16.135
Outros	4.938	6.040
b.4) Depreciações Acumuladas	(218.679)	(207.326)
Imóveis de Uso	(161.787)	(155.715)
Outras Imobilizações de Uso	(56.892)	(51.611)
c) Diferido	2.082	2.407
c.1) Gastos de Organização e Expansão	5.412	6.096
Gastos em Imóveis de Terceiros	5.371	6.055
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	41	41
c.2) Amortização Acumulada	(3.330)	(3.689)
Gastos em Imóveis de Terceiros	(3.301)	(3.664)
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	(29)	(25)
TOTAL	196.763	192.055

NOTA 13 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto em R\$ Mil

a) Depósitos

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
a.1) Depósitos à Vista	152.711	134.119
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	26.536	31.487
Depósitos de Governos	37.339	20.446
Depósitos Vinculados	51.251	39.117
Pessoas Jurídicas	22.197	30.369
Pessoas Físicas	14.026	9.363
Outros Valores	1.362	3.337

Notas Explicativas

a.2) Depósitos de Poupança	1.354.021	1.288.569
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	800.465	740.681
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	552.468	546.832
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	1.088	1.056
a.3) Depósitos Interfinanceiros	740.240	684.128
a.4) Depósitos a Prazo	6.567.439	6.387.223
Depósitos a Prazo	4.758.125	5.048.516
Depósitos Judiciais com Remuneração	511.918	202.751
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis	27.601	370.420
Proger Urbano	2.335	18.200
Proger Rural	-	-
Pronaf	133	273
Protrabalho	1.321	3.535
Infraestrutura	23.565	328.476
Estiagem	105	155
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	142	19.781
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados	522.166	316.372
Proger Urbano	61.477	60.448
Pronaf	824	-
Protrabalho	177.350	964
Infraestrutura	255.435	192.453
Estiagem	10.773	50.731
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	16.307	11.776
FINOR/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei Nº 8.167	746.225	447.569
Outros Valores	1.404	1.595
a.5) Outros Depósitos – Depósitos para Investimentos	-	15.542
TOTAL	8.814.411	8.509.581
SALDO DE CURTO PRAZO	4.723.715	3.772.031
SALDO DE LONGO PRAZO	4.090.696	4.737.550

b) Captação no Mercado Aberto em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
Carteira Própria	684.554	436.293
Letras Financeiras do Tesouro	684.554	436.293
Carteira de Terceiros	88.827	87.996
Letras Financeiras do Tesouro	30.386	87.996
Letras do Tesouro Nacional	-	-
Notas do Tesouro Nacional	58.441	-
TOTAL	773.381	524.289
SALDO DE CURTO PRAZO	633.871	460.893
SALDO DE LONGO PRAZO	139.510	63.396

c) Despesa de Captação no Mercado em R\$ Mil

Especificação	2º trimestre	30.06.2011	2º trimestre	30.06.2010
Despesas de Captações com Depósitos	(219.464)	(394.065)	(126.629)	(231.624)
Depósitos a Prazo	(201.398)	(266.388)	(90.948)	(163.155)
Depósitos de Poupança	(134.579)	(32.160)	(12.128)	(23.373)
Depósitos Judiciais	(16.301)	(11.628)	(993)	(1.838)
Depósitos Interfinanceiros	(6.776)	(11.071)	(3.294)	(6.544)
Depósitos Especiais - FAT	(6.007)	(54.205)	(17.402)	(33.319)
Outros Depósitos	(10.965)	(18.613)	(1.864)	(3.395)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(18.066)	(32.449)	(10.883)	(20.370)
Carteira de Terceiros	(2.503)	(4.584)	(1.953)	(3.527)
Carteira Própria	(15.563)	(27.865)	(8.930)	(16.843)
TOTAL	(219.464)	(426.514)	(137.512)	(251.994)

Notas Explicativas

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento em R\$ Mil:

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2011	Total em 31.12.2010
Empréstimos no País	15.838	-	31.675	15.838	-	-	63.351	60.875
Empréstimos no Exterior	202.404	332.348	-	-	-	-	534.752	446.603
Repasses do País	57.722	116.932	213.124	283.502	239.215	223.384	1.133.879	1.686.776
Repasses do Exterior	10.165	55.514	138.304	148.069	293.494	56.819	702.365	729.165
TOTAL	286.129	504.794	383.103	447.409	532.709	280.203	2.434.347	2.923.419

b) Obrigações por Empréstimos em R\$ Mil

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2011	31.12.2010
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+ 3,0 ou 7,75	63.351	60.875
Empréstimos no Exterior/ Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	534.752	446.603
TOTAL		598.103	507.478
SALDO DE CURTO PRAZO		550.590	461.822
SALDO DE LONGO PRAZO		47.513	45.656

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais em R\$ Mil

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2011	31.12.2010
Tesouro Nacional	IGP-DI+ 2,0 ou 6,75	1.035	1.086
BNDDES		1.048.397	933.260
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	817.045	712.269
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	231.352	220.991
FINAME		84.447	52.859
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	68.488	38.276
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	15.959	14.583
Outras Instituições		-	699.571
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária (Nota 9.a.1)	SELIC/TJLP / 6,0	-	81.699
MEPF- Fundo de Terras e da Reforma Agrária-Banco da Terra	SELIC/4,0 a 18,0	-	126.302
Banco da Terra-Combate a Pobreza Rural	Tx. Extra Merc./ 2,0 a 10,0	-	491.570
TOTAL		1.133.879	1.686.776
SALDO DE CURTO PRAZO		174.654	289.427
SALDO DE LONGO PRAZO		959.225	1.397.349

d) Obrigações por Repasses do Exterior em R\$ Mil

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2011	31.12.2010
BID-Produtor	USD + 1,10 ou UCBID + 2,83	696.159	722.200
BID-Outros Programas	USD + 1,14	5.809	6.456
Outros Programas	USD + 6,0	397	509
TOTAL		702.365	729.165
SALDO DE CURTO PRAZO		65.679	66.808
SALDO DE LONGO PRAZO		636.686	662.357

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses em R\$ Mil

Especificação	2º trimestre	30.06.2011	2º trimestre	30.06.2010
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(1.248)	(2.476)	(1.436)	(2.852)
Obrigações por Empréstimos no País	(1.248)	(2.476)	(1.436)	(2.852)
Despesas de Obrigações por Repasses	(29.143)	(55.423)	(37.094)	(70.697)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(24.151)	(46.623)	(17.935)	(33.419)
Tesouro Nacional	(19)	(44)	(31)	(54)
BNDDES	(19.861)	(40.225)	(15.915)	(29.277)
FINAME	(721)	(1.487)	(840)	(1.637)
Outras Instituições	(3.550)	(4.867)	(1.149)	(2.451)
Despesas de Repasses do Exterior	(4.992)	(8.800)	(19.159)	(37.278)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(197)	(3.407)	(1.602)	(19.609)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(110.652)	(211.650)	(76.680)	(144.619)
TOTAL	(141.240)	(272.956)	(116.812)	(237.777)

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

Em novembro de 2010, o Banco do Nordeste emitiu Senior Unsecured Notes no valor de US\$ 300.000 mil no mercado financeiro internacional, com prazo de vencimento de 5 anos e com um cupom de 3,625% ao ano. As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

Demonstramos no quadro abaixo em R\$/US\$ Mil:

Notas Explicativas

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Valor em US\$	Valor Contratual R\$	Valor de Mercado em 30.06.2011	Valor de Mercado em 31.12.2010
Eurobond – Senior Unsecured Notes	09.11.2010	09.11.2015	300.000	509.019	456.966	485.487

As operações de swap realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pela captação de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de hedge e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

NOTA 16 – Outras Obrigações em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	32.300	5.604
Recursos do Proagro	504	148
Recebimento de Tributos Federais	27.910	
IOF a Recolher	3.315	5.389
Outros Tributos e Assemelhados	571	67
b) Carteira de Câmbio (Nota 11)	8.885	16.601
c) Sociais e Estatutárias	181.335	130.687
Dividendos e Bonificações a Pagar	156.253	96.519
Participações nos Lucros	25.082	34.168
d) Fiscais e Previdenciárias	371.743	493.132
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 22)	106.080	101.525
Impostos e Contribuições	78.786	74.847
Causas Fiscais	27.294	26.678
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	52.841	58.716
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7.a.2)	42.227	47.294
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	10.614	11.422
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	164.973	284.294
Imposto de Renda	101.567	173.703
Contribuição Social	63.406	110.591
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	47.849	48.597
d) Negociação e Intermediação de Valores	-	7
e) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	4.320.213	3.746.175
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	4.210.821	3.656.262
Outros Valores	109.392	89.913
f) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17)	1.073.804	1.101.848
g) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18)	1.157.058	1.004.166
h) Diversas	2.720.470	2.576.876
Provisão para Passivos Contingentes	1.535.025	1.436.231
Causas Trabalhistas (Nota 22.d)	174.209	161.863
Causas Cíveis (Nota 22.d)	107.024	92.970
Outras Causas (Nota 22.d)	44	65
FNE (Nota 22.e)	1.249.397	1.177.757
Repasse	388	372
Risco Integral	81.339	84.960
Risco Compartilhado	1.167.670	1.092.425
FDNE (Nota 22.e)	1.168	277
PROAGRO	3.183	3.299
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.073.495	1.053.884
Benefícios a Empregados – Deliberação CVM Nº 600	918.884	925.375
Plano de Aposentadoria e Pensão – CVM Nº 600	467.499	490.630
Plano de Assistência Médica – CVM Nº 600	451.385	434.745
Despesa de Pessoal	127.310	94.143
Outros Valores	27.301	34.366
Outros Valores	111.950	86.761
TOTAL	9.865.808	9.075.096
SALDO DE CURTO PRAZO	3.591.348	3.378.351
SALDO DE LONGO PRAZO	6.274.460	5.696.745

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Em 22 de dezembro de 2010, nos termos da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26.11.2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Notas Explicativas

(IHCD), no montante de R\$ 1.000.000 mil, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011, por intermédio do Ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Banco Central autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de Nível II. Seguem informações sobre a operação, em R\$ Mil:

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.06.2011	31.12.2010
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.000.000	IPCA+6,5715% a.a.	22.12.2010	1.073.804	1.004.166

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

O Banco possui contratos de dívida subordinada com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, classificada como Patrimônio de Referência Nível II, na categoria de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital, conforme Resolução CMN Nº 3.444, de 28.02.2007 e autorização do Banco Central.

Os contratos têm prazo indeterminado e prevêem que os recursos, enquanto não aplicados, serão remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, e, quando aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco do Nordeste, serão atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, conforme Artigo 9º-A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989. Segue a composição em R\$ Mil:

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.157.058	1.101.848
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	326.846	319.417
Recursos aplicados ⁽²⁾	830.212	782.431
TOTAL	1.157.058	1.101.848

⁽¹⁾ São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme artigo 9º -A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.

⁽²⁾ São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º -A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 01.04.2011, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 159.000 mil, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 1.851.000 mil para R\$ 2.010.000 mil representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas, de acordo com a distribuição a seguir:

Composição em 30.06.2011					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	13.800	386.795	400.595	0,03	0,47
Outros (9.604 acionistas)	401.992	383.877	785.869	0,83	0,90
TOTAL	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

Composição em 31.12.2010					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	15.000	387.995	402.995	0,03	0,47
Outros (9.623 acionistas)	400.792	382.677	783.469	0,83	0,90
TOTAL	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 26.231 mil (R\$ 28.064 mil em 31.12.2010) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução Nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. A realização ocorrida no semestre importa em R\$ 1.213 mil (R\$ 2.437 mil em 31.12.2010).

c) Ações em Tesouraria

O Banco possui 10.232 ações de sua própria emissão, sendo 8.088 ações ordinárias nominativas (ON) e 2.144 ações preferenciais nominativas (PN) adquiridas em 17.02.2009. Tais ações, cujos valores de mercado, na posição de 30.06.2011, representam, respectivamente, R\$ 24,00 e R\$ 24,00 por cada ação, encontram-se em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento.

d) Lucro Líquido – Destinações em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
1. Lucro Líquido	300.693	313.590
2. Ajuste de Exercícios Anteriores	-	65.534

Notas Explicativas

3. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	1.213	2.437
4. Lucro Líquido Ajustado	301.906	381.561
Reserva Legal (item 1 vezes 5%)	15.035	15.680
Dividendos (Nota 19.e)	92.081	85.511
Juros sobre o Capital Próprio - JCP (Nota 19.e)	63.964	121.000
Reserva Estatutária (item 3 – Reserva Legal – Dividendos – JCP)	130.826	159.370

e) Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto do Banco do Nordeste assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido, apurado no semestre, ajustado conforme definido em Lei, a título de adiantamento por conta do dividendo do exercício.

A Diretoria propõe o pagamento antecipado de dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao valor do dividendo, de 50,0507% sobre o lucro líquido ajustado do semestre. Segue-se a demonstração dos cálculos dos dividendos e juros sobre o capital próprio do 1º semestre de 2011 em R\$ Mil:

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
1. Lucro Líquido do Semestre	300.693	313.590
2. Ajuste de Exercícios Anteriores	-	65.534
3. Reserva Legal Constituída	(15.035)	(15.680)
4. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	1.213	2.437
5. Participações nos Lucros e Resultados dos Empregados (Nota 24)	24.901	44.238
6. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio	311.772	410.119
7. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no semestre	63.964	121.000
8. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(132)	(144)
9. JCP imputados aos dividendos (item 7 + item 8)	63.832	120.856
10. JCP antecipado corrigido pela taxa SELIC	-	(110.201)
11. JCP Complementar	-	10.799
12. Dividendos Propostos	92.081	85.511
13. Total destinado aos acionistas (item 7+ item 12)	156.045	96.310
- JCP de R\$ 0,70411790847 por ação ordinária (em 31.12.2010: JCP de R\$ 0,1188772382 por ação ordinária)	34.133	5.763
- JCP de R\$ 0,774529699118 por ação preferencial (em 31.12.2010: JCP de R\$ 0,1307649615 por ação preferencial)	29.831	5.036
- Dividendos de R\$ 1,013624291404 por ação ordinária (em 31.12.2010: Dividendos de R\$ 0,94130871072 por ação ordinária)	49.137	45.631
- Dividendos de R\$ 1,114986720752 por ação preferencial (em 31.12.2010: Dividendos de R\$ 1,0354395819 por ação preferencial)	42.944	39.880

Para as ações preferenciais foram calculados dividendos e juros sobre o capital próprio 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso “I” do artigo 17 da Lei Nº 6.404, de 15.12.1976, com a nova redação dada pela Lei Nº 10.303, de 31.10.2001 e o disposto no parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social do Banco.

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas, mas para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de “Lucros ou Prejuízos Acumulados”. O total dos juros sobre o capital próprio no semestre proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 25.202 mil.

A participação dos empregados nos lucros foi adicionada à base de cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio como determina o artigo 2º da Resolução Nº 10, de 30.05.1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE.

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais em R\$ Mil

Especificação	2º trimestre	30.06.2011	2º trimestre	30.06.2010
a) Receitas de Prestação de Serviços	322.135	636.397	317.777	594.415
Administração de Fundos de Investimentos	3.359	6.570	2.964	5.767
Administração de Fundos e Programas	269.926	531.848	240.671	455.005
Prestação de Serviços	48.850	97.979	74.142	133.643
b) Rendas de Tarifas Bancárias	6.181	9.435	3.151	6.139
c) Despesas de Pessoal	(232.393)	(484.654)	(233.403)	(458.976)
Proventos	(151.289)	(295.749)	(121.979)	(234.053)
Encargos Sociais	(59.151)	(113.203)	(43.960)	(83.593)
Plano de Aposentadoria e Pensão - CVM Nº 600	(4.836)	(11.495)	(31.492)	(63.727)
Plano de Assistência Médica - CVM Nº 600	3.144	(24.724)	(15.952)	(37.865)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(20.261)	(39.483)	(20.020)	(39.738)
d) Outras Despesas Administrativas	(188.954)	(361.890)	(160.384)	(304.543)
Processamento de Dados	(32.745)	(57.387)	(26.455)	(64.256)
Propaganda e Publicidade	(5.683)	(12.687)	(13.197)	(19.757)
Serviços de Terceiros	(60.055)	(116.461)	(39.263)	(73.726)

Notas Explicativas

Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(10.951)	(21.487)	(11.193)	(21.550)
Viagens	(4.005)	(6.627)	(3.951)	(6.914)
Comunicações	(6.386)	(14.110)	(7.146)	(14.761)
Depreciação e Amortização	(6.861)	(13.394)	(6.327)	(12.716)
Manutenção e Conservação de Bens	(7.832)	(15.277)	(7.060)	(14.583)
Vigilância, Segurança e Transporte	(7.693)	(15.085)	(6.248)	(12.498)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(5.686)	(9.248)	(5.207)	(9.739)
Serviços do Sistema Financeiro	(4.940)	(9.351)	(4.224)	(8.098)
Serviços Técnicos Especializados	(8.029)	(15.472)	(5.522)	(10.460)
Seguros	(1.014)	(2.025)	(956)	(1.864)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(14.337)	(30.051)	(5.228)	(10.921)
Contribuição Sindical Patronal e de Entidades Associativas	(157)	(539)	(249)	(457)
Condomínio, copa, cozinha e alimentação	(880)	(1.758)	(835)	(1.611)
FUNDECI – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(3.000)	(9.200)	(8.100)	(8.100)
Outros Valores	(8.700)	(11.731)	(9.223)	(12.532)
e) Despesas Tributárias	(48.357)	(92.373)	(41.573)	(80.512)
Contribuição ao Cofins e PIS/PASEP	(44.352)	(85.083)	(37.615)	(73.398)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(3.829)	(6.839)	(3.855)	(6.763)
Outros Valores	(176)	(451)	(103)	(351)
f) Outras Receitas Operacionais	346.910	590.530	197.112	400.009
“Del credere” de Fundos Administrados	202.660	397.411	166.201	325.201
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	68.077	98.712	10.977	12.646
Recuperação de Encargos e Despesas	2.323	4.137	3.003	6.651
Reversão de Provisões de CSLL e IR	-	-	-	131
Reversão de Provisões Operacionais	55	291	237	3.788
Juros e Comissões	388	513	550	1.270
Correção Monetária	3.781	5.023	1.407	2.858
Atualização Monetária de Tributos	54	106	43	83
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	20.953	34.900	9.671	16.816
Outros Valores	48.619	49.437	5.023	30.565
g) Outras Despesas Operacionais	(235.897)	(452.325)	(189.723)	(361.528)
Variação Cambial da Área de Câmbio	181	-	814	(629)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(60.400)	(74.950)	(22.958)	(30.912)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	-	-	-	(3)
Descontos Concedidos em Renegociações	(3.340)	(4.188)	(3.030)	(21.959)
Encargos de Operações de Crédito	(2.732)	(4.804)	(6.642)	(9.538)
Riscos Fiscais	(2.325)	(5.803)	686	(1.396)
Riscos com Operações do FNE	(81.755)	(178.975)	(128.425)	(240.095)
Riscos com Operações do FDNE	(767)	(891)	(57)	(109)
Causas Trabalhistas	(6.235)	(19.361)	(1.386)	(6.546)
Causas Cíveis	(5.438)	(15.872)	(6.433)	(12.881)
Outras Causas	-	-	(5)	(10)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(31.945)	(71.481)	-	-
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(8.903)	(17.070)	(13.042)	(24.068)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(19.377)	(38.140)	(2.235)	(3.442)
Outros Valores	(12.861)	(20.790)	(7.010)	(9.940)
TOTAL	(30.375)	(154.880)	(107.043)	(204.996)

As despesas com Plano de Aposentadoria e Pensão e de Assistência Médica referentes ao semestre findo em 30.06.2010, atendem ao disposto na Deliberação CVM Nº 371, de 13.12.2000.

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco do Nordeste está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no 1º semestre de 2011 foi de R\$ 101.061 mil e a de Contribuição Social foi de R\$ 63.103 mil, estando sua conciliação a seguir demonstrada em R\$ Mil:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010

Notas Explicativas

Resultado Antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	384.933	366.676	384.933	366.676
Adições/Exclusões Permanentes	(15.650)	108.644	(15.650)	108.501
Adições/Exclusões Temporárias	53.424	280.319	53.424	280.319
Resultado Tributável antes das Compensações	422.707	755.639	422.707	755.496
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	(19.350)	-	(20.354)
Resultado Tributável após Compensações	422.707	736.289	422.707	735.142
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- antes dos Incentivos Fiscais	(105.160)	(156.260)	(63.103)	(93.598)
Deduções (Incentivos Fiscais)	4.099	10.879	-	-
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL após os incentivos	(101.061)	(145.381)	(63.103)	(93.598)
Despesas Diferidas de IRPJ/CSLL	9.980	40.558	5.980	24.335
Total de Despesas de IRPJ/CSLL	(91.081)	(104.823)	(57.123)	(69.263)
% das despesas correntes em relação ao Resultado antes da Tributação	23,66%	28,59%	14,84%	18,89%
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	101.061	111.335	63.103	67.809
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	506	508	303	305
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	101.567	111.843	63.406	68.114
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(60.567)	(52.203)	(27.434)	(23.772)
Valor do Ajuste no Período	41.000	59.640	35.972	44.342

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para créditos de liquidação duvidosa são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN Nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Res. CMN Nº 3.355, de 31.03.2006) e da Circular BACEN Nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com a Carta-Circular BACEN Nº 3.023, de 11.06.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda. A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada, em R\$ Mil:

Especificação	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		TOTAL	
	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM
Saldo Inicial em 31.12.2010	173.336	8.670	104.016	5.202	277.352	13.872
(+) Constituição de Créditos	51.439	1.004.680	30.870	602.808	82.309	1.607.488
(-) Realização de Créditos	(41.458)	(1.001.316)	(24.890)	(600.789)	(66.348)	(1.602.105)
Saldo Final em 30.06.2011	183.317	12.034	109.996	7.221	293.313	19.255

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em “OUTROS CRÉDITOS-Diversos”, apresenta a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
1. Total das Diferenças Temporárias	3.065.459	3.000.354	3.065.459	3.000.354
2. Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	-
3. Base de cálculo total (item 1 + item 2)	3.065.459	3.000.354	3.065.459	3.000.354
4. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias+Prejuízo Fiscal e Base Negativa	766.365	750.089	459.819	450.053
5. Crédito Tributário decorrente da marcação a mercado de TVM	12.034	8.671	7.221	5.202
6. Total dos Créditos Tributários (item 4 + item 5)	778.399	758.760	467.040	455.255
7. Créditos Tributários Ativados	183.317	173.336	109.996	104.017
8 Crédito Tributário Ativado decorrente da marcação a mercado de TVM	12.034	8.671	7.221	5.202
9. Total de Créditos Tributários Ativados (item 7+ item 8)	195.351	182.007	117.217	109.219
10. Créditos Tributários Não Ativados (item 6 - item 9) ⁽¹⁾	583.048	576.753	349.823	346.036

(1) Não ativados por não atender aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN Nº 3.355, de 31.03.2006.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 30.06.2011 estão a seguir demonstrados, em R\$ Mil:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2011	49.089	46.239	29.454	27.743	78.543	73.982

Notas Explicativas

2012	24.615	20.603	14.769	12.362	39.384	32.965
2013	11.319	8.522	6.791	5.113	18.110	13.635
2014	11.041	7.520	6.624	4.512	17.665	12.032
2015	61.800	38.244	37.080	22.947	98.880	61.191
2016	25.453	14.311	15.278	8.590	40.731	22.901
TOTAL	183.317	135.439	109.996	81.267	293.313	216.706

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários apurados pelo valor presente de realização, na forma da Circular BACEN N° 3.068, de 08.11.2001, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos, conforme demonstrado abaixo, em R\$ Mil:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2011	7.063	7.063	4.238	4.238	11.301	11.301
2012	1	1	-	-	1	1
2013	1	1	-	-	1	1
2014	493	493	296	296	789	789
2015	319	319	192	192	511	511
2016 a 2018	3	3	2	2	5	5
2019 a 2021	3	3	2	2	5	5
2022 a 2024	2	2	1	1	3	3
2027 a 2029	706	706	424	424	1.130	1.130
2050 a 2052	3.443	3.443	2.066	2.066	5.509	5.509
TOTAL	12.034	12.034	7.221	7.221	19.255	19.255

c) Despesas Tributárias

Especificação	2º trimestre	30.06.2011	2º trimestre	30.06.2010
Contribuição ao Cofins e PIS/PASEP	(44.352)	(85.083)	(37.615)	(73.398)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(3.829)	(6.839)	(3.855)	(6.763)
Outros Valores	(176)	(451)	(103)	(351)
Total	(48.357)	(92.373)	(41.573)	(80.512)

NOTA 22 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco do Nordeste é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para a constituição de provisão e de contingência passiva, adota-se o critério de classificação das contingências conforme Resolução CMN N° 3.823, de 16.12.2009 e Carta-Circular BACEN N° 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Área Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco do Nordeste; iii) antecedentes de perdas do Banco do Nordeste para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensões direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados pelas Delegacias Regionais do Trabalho), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco do Nordeste guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.
- d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, bem como nas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular BACEN N° 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota, conforme quadro comparativo das posições 30.06.2011 e 31.12.2010, a seguir demonstrado:

Especificação	30.06.2011			31.12.2010		
	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações
1.PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 16.d)						

Notas Explicativas

1.1 Impostos e Contribuições - Obrigação Legal	78.786	78.786	1	74.847	74.847	1
1.2 Causas Fiscais	761.677	27.294	204	554.803	26.678	179
1.2.1 Obrigação Legal	908	908	9	551	551	7
1.2.2 Outras Obrigações-Diversas	760.769	26.385	195	554.252	26.127	172
Provável	26.385	26.385	-	26.127	26.127	-
Possível	544.286	-	-	363.126	-	-
Remota	190.098	-	-	164.999	-	-
2 .PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 16.h)						
2.1 Causas Trabalhistas	248.467	174.209	803	226.032	161.863	802
Provável	174.209	174.209	-	161.863	161.863	-
Possível	32.985	-	-	25.716	-	-
Remota	41.273	-	-	38.453	-	-
2.2 Causas Cíveis	2.276.677	107.024	4.792	1.834.025	92.970	4.590
Provável	107.024	107.024	-	92.970	92.970	-
Possível	481.693	-	-	350.839	-	-
Remota ⁽¹⁾	1.687.960	-	-	1.390.216	-	-
2.3 Outras Causas	1.713	44	40	3.947	65	65
Provável	44	44	-	65	65	-
Possível	658	-	-	1.770	-	-
Remota	1.011	-	-	2.112	-	-

(1) A variação do volume de causas cíveis classificadas com risco remoto decorreu, principalmente, em função do enquadramento como contingências passivas dos seguintes processos:

a) Pagamento de contribuição extra, referente a benefícios de previdência complementar - R\$ 539.572 mil; b) Indenização por danos morais e pagamento de multa - R\$ 116.538 mil; c) Repetição de indébito R\$ 33.951 mil; e d) Indenização por danos materiais e morais - R\$ 23.890 mil.

e) Demonstramos a seguir a movimentação das seguintes provisões em R\$ Mil:

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
a) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	74.847	71.343
Constituição	4.231	4.149
Reversão/Utilização/Baixa	(292)	(645)
Saldo Final	78.786	74.847
b) Causas Fiscais (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	551	-
Constituição	357	551
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	908	551
c) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	26.127	23.824
Constituição	2.054	2.987
Reversão/Utilização/Baixa	(1.796)	(684)
Saldo Final	26.385	26.127
d) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	161.863	150.741
Constituição	19.547	44.785
Reversão/Utilização/Baixa	(7.201)	(33.663)
Saldo Final	174.209	161.863
e) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	92.970	95.338
Constituição	15.872	38.025
Reversão/Utilização/Baixa	(1.818)	(40.393)
Saldo Final	107.024	92.970
f) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	65	567
Constituição	1	12
Reversão/Utilização/Baixa	(22)	(514)
Saldo Final	44	65
g) Férias		
Saldo Inicial	40.908	39.346
Constituição	71.114	67.870
Reversão/Utilização/Baixa	(59.089)	(54.398)
Saldo Final	52.933	52.818
h) FNE		
Saldo Inicial	1.177.757	956.261
Constituição	178.875	409.232
Reversão/Utilização/Baixa	(107.235)	(187.736)
Saldo Final	1.249.397	1.177.757
i) FDNE		

Notas Explicativas

Saldo Inicial	277	37
Constituição	891	240
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	1.168	277

- f) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da contingência passiva e passivo contingente é realizada, pela Área Jurídica, na forma do item “b”, retromencionado.
- g) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular BACEN Nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no item “d”, subitens 1.1 e 1.2.1 têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.

- h) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o BANCO é parte, classificados como risco de perda possível:

Ação na esfera fiscal que visa desconstituir auto de infração relativo ao ISSQN incidente sobre rendas de prestação de serviços. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2011, R\$ 242.908 mil. Na posição de 31.12.2010, não havia estimativa de perda financeira atrelada ao processo, tendo em vista que a autuação fiscal ocorreu durante o mês de janeiro de 2011.

Duas ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração relativos ao ISSQN incidentes sobre rendas de prestação de serviços. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data-base de 30.06.2011, perfazem respectivamente, R\$ 141.186 mil e R\$ 95.749 mil. Na posição de 31.12.2010, representavam, respectivamente, R\$ 131.730 mil e R\$ 85.032 mil, ambas com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa indenização por danos morais e materiais sob a alegação de que a litigante teve sua falência decretada. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2011, R\$ 77.154 mil. Na posição de 31.12.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 69.849 mil com nível de risco remoto.

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração sob a alegação de prejuízos sofridos ante a suspensão dos repasses de financiamento contratado para a construção de um estabelecimento comercial. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2011, R\$ 76.972 mil. Na posição de 31.12.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 17.612 mil, com nível de risco remoto, valor este, estipulado na petição inicial.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito sob a alegação de cobrança e retenções indevidas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2011, R\$ 29.986 mil. Na posição de 31.12.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 27.147 mil com nível de risco possível.

- i) Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, conforme quadro abaixo em R\$ mil:

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
Demandas Trabalhistas	394.856	162.830
Demandas Fiscais	283.871	169.532
Demandas Cíveis	21.943	16.878
Demandas Outras	-	-
Total	700.670	349.240

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores

Em 30.06.2011, os valores da remuneração mensal paga pelo Banco a seus funcionários são os seguintes em R\$ 1,00:

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Funcionários ⁽¹⁾
Máxima	24.275,20
Mínima	887,65
Média	6.343,62

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas-extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

Em 30.06.2011, os valores da remuneração semestral paga pelo Banco aos Diretores, Conselho de Administração e Conselho Fiscal são os seguintes em R\$ 1,00:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Remuneração Bruta ⁽²⁾	Diretoria	
Maior remuneração individual	145.328,43	157.235,67
Menor remuneração individual	145.294,47	138.332,73
Remuneração média individual	148.130,79	135.029,53
Número de membros ⁽¹⁾	7	7
Remuneração Bruta ⁽²⁾	Conselho de Administração	

Notas Explicativas

Maior remuneração individual	16.012,10	14.103,63
Menor remuneração individual	16.012,10	14.103,33
Remuneração média individual	16.069,20	14.103,33
Número de membros ⁽¹⁾	6	6
Remuneração Bruta ⁽²⁾	Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual	16.012,10	14.103,33
Menor remuneração individual	16.012,10	14.103,33
Remuneração média individual	15.915,98	13.623,73
Número de membros ⁽¹⁾	5	5

⁽¹⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

⁽²⁾ Valores aprovados pela 58ª reunião da Assembléia Geral Ordinária e 88ª reunião da Assembléia Geral Extraordinária do Banco do Nordeste, realizadas cumulativamente em 01.04.2011.

Em 30.06.2011, o número de funcionários do Banco do Nordeste totalizava 6.049 (5.993 em 31.12.2010), registrando-se, um acréscimo de 0,93% no quadro de pessoal do Banco.

NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados - PLR

No semestre foi provisionado o valor de R\$ 25.169 mil, referente à participação dos empregados e administradores nos lucros, sendo R\$ 24.901 mil referente à participação dos empregados, equivalente a 15,96% dos dividendos e juros sobre o capital próprio e 8,28% do lucro líquido do semestre.

NOTA 25– Benefícios a Empregados

Na forma preconizada pela Deliberação CVM N° 600, de 07.10.2009, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados são apresentadas a seguir as informações sobre a política de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banco do Nordeste no reconhecimento de suas obrigações:

a) O Banco do Nordeste não mantém:

- Benefícios por desligamento;
- Outros Benefícios de longo prazo;
- Remuneração em ações e títulos equivalentes à participação patrimonial.

b) Política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM N° 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa. A política anteriormente adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o disposto nos itens 52 a 55 do Anexo da Deliberação CVM N° 371, ou seja, reconhecia a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que excedia o maior valor entre: 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano.

c) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

c.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos funcionários participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/PREVIC/DETEC N° 189, de 25.03.2010. Iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Referidos planos ofertam aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

c.1.1) Regime Atuarial

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido, sendo classificado, na forma da Deliberação CVM N° 600, na modalidade de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

c.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2011, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que dêem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

c.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco do Nordeste atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional N° 20, de 15.12.1998, registrando, em 30.06.2011, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2010, 1:1).

c.1.4) Evolução da Situação Atuarial

O resultado atuarial do plano BD, na posição de 30.06.2011, apresenta-se superavitário em R\$ 11.084 mil (superávit de R\$ 6.311 mil em 31.12.2010) em decorrência do impacto positivo dos investimentos, de dispêndios referentes às variações nas

Notas Explicativas

obrigações do plano, assim como variações nas contingências. Merece destaque o aumento de R\$ 123.088 mil nas obrigações do plano de benefícios, em dezembro/2010, em face da revisão em seu plano de custeio, que implicou na redução da taxa máxima de contribuição dos participantes assistidos de 23% para 21,25%, a partir de 01.01.2011.

A situação atuarial do plano CV I, na posição de 30.06.2011, é equilibrada, visto que todas as obrigações atuariais existentes, que totalizam R\$ 37.537 mil, possuem características de contribuição definida.

c.2) Plano de Assistência Médica

O Banco do Nordeste é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

c.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2011, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que dêem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

c.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela co-participação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

d) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

A conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir, conforme avaliações atuariais realizadas pela PROBUS Suporte Empresarial S/S Ltda., com base em informações fornecidas pela CAPEF, pela CAMED e pelo Banco, em cumprimento ao disposto na Deliberação CVM Nº 600, em R\$ Mil:

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Período	3.109.048	2.738.730	16.495	-	492.916	469.032
2. Custo do Serviço Corrente	7.492	17.359	19.007	18.024	25.341	39.443
3. Custo dos Juros	161.598	309.271	816	-	25.620	52.965
4. Custo do Serviço Passado	-	-	-	-	-	-
5. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽¹⁾	(127.909)	(239.416)	(13)	-	(32.516)	(52.924)
6. Contribuições Recebidas de Associados, Aposentados e Pensionistas	23.975	52.425	-	-	6.034	10.201
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(3.996)	(7.786)	(735)	(788)	(7.079)	(13.633)
8. Perdas (Ganhos) Atuariais sobre a Obrigação Atuarial ⁽²⁾	(151.304)	238.465	5	(742)	19.949	(12.168)
9. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Período	3.018.904	3.109.048	35.575	16.494	530.265	492.916

Notas: (1) Líquidos das co-participações pagas pelos associados;

(2) Número de equilíbrio.

e) Análise da obrigação atuarial

Sob a ótica da Deliberação CVM Nº 600, na posição de 30.06.2011, o valor presente da obrigação atuarial dos planos administrados pela CAPEF e CAMED, registrados como Passivo no Banco, encontra-se na seguinte situação:

a) Planos de Previdência Privada

i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 3.018.904 mil encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 2.551.405 mil, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 467.499 mil;

ii. Plano CV I: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 35.575 mil encontra-se integralmente fundado por ativos do plano no mesmo montante de R\$ 35.575 mil, não havendo obrigações atuariais a descoberto para esse plano.

b) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 530.265 mil encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 78.880 mil, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 451.385 mil.

f) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos em R\$ Mil

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010

Notas Explicativas

1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Período	2.618.418	2.255.509	16.494	-	58.171	11.789
2. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	181.331	296.148	1.129	-	2.806	1.535
3. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	1.352	3.477	9.513	9.049	11.141	20.158
4. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	25.296	55.872	9.495	8.975	21.365	139.250
5. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(127.909)	(239.416)	(13)	-	(32.516)	(52.924)
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	23.975	52.425	-	-	6.034	10.201
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(3.996)	(7.786)	(735)	(788)	(7.079)	(13.633)
8. Ganhos (Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano ⁽³⁾	(167.062)	202.189	(308)	(742)	18.958	(58.205)
9. Valor justo dos Ativos do Plano, no Final do Período	2.551.405	2.618.418	35.575	16.494	78.880	58.171

Notas: (1) Contribuições relativas a participantes ativos e assistidos e co-participações pagas pelo empregador;

(2) Líquidos das co-participações pagas pelos associados;

(3) Número de Equilíbrio.

g) Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial, em R\$ Mil

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial	3.018.904	3.109.048	35.575	16.494	530.265	492.916
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	(2.551.405)	(2.618.418)	(35.575)	(16.494)	(78.880)	(58.171)
3. Valor Presente da Obrigação Atuarial Descoberta (item 1 – item 2)	467.499	490.630	-	-	451.385	434.745
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial	467.499	490.630	-	-	451.385	434.745

h) Despesa Reconhecida nas Demonstrações do Resultado, em R\$ Mil

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
1. Custo do Serviço Corrente	7.492	17.359	19.007	18.024	25.341	39.443
2. Contribuições de Empregados ⁽¹⁾	(1.352)	(3.477)	(9.512)	(9.049)	(11.141)	(20.158)
3. Custo dos Juros	161.598	309.271	816	-	25.620	52.965
4. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	(181.331)	(296.148)	(1.129)	-	(2.806)	(1.535)
5. Perda (Ganho) Atuarial Líquida Reconhecida no Período	15.758	36.276	313	-	991	46.037
6. Custo do Serviço Passado Reconhecido no Período	-	26.495	-	-	-	-
7. Despesa Reconhecida no Resultado	2.165	89.776	9.495	8.975	38.005	116.752

Nota: (1) Contribuições recebidas de participantes ativos

i) Percentagem que cada categoria principal de ativos do plano, representa do valor justo do total dos ativos do plano

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	30.06.2011	31.12.2010	
Renda Fixa	82,94%	82,92%	82,36%	23,14%	98,66%	
Renda Variável	5,18%	5,79%	16,16%	52,09%	-	
Investimentos Imobiliários	5,48%	5,36%	-	0,38%	-	
Empréstimos e Financiamentos	3,63%	3,55%	-	9,87%	-	
Outros	2,77%	2,38%	1,48%	14,52%	1,34%	

Notas Explicativas

Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano					
Em instrumentos financeiros no Banco	1,25%	1,45%	-	22,41%	-
Em propriedades/outras ativos utilizados pelo Banco	0,74%	0,68%	-	0,77%	-

j) Retorno real dos ativos dos planos em R\$ Mil

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
1. Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	181.331	296.148	1.129	-	2.806	1.535
2. Ganho (Perda) Atuarial sobre os Ativos do Plano	(167.062)	202.189	(308)	(742)	18.958	(58.205)
3. Retorno Real sobre os Ativos dos Planos (item 1 + item 2)	14.269	498.337	821	(742)	21.764	(56.670)

k) Valor presente da obrigação, valor justo dos ativos e superávit (déficit) no semestre corrente e nos últimos três exercícios, em R\$ Mil

Especificação	CAPEF					
	Plano BD				Plano CV I	
	Deliberação CVM 600				Deliberação CVM 600	
	30.06.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008	30.06.2011	31.12.2010
1. Obrigação de Benefício Definido	(3.018.904)	(3.109.048)	(2.738.730)	(2.240.717)	(35.575)	(16.494)
2. Ativos do Plano	2.551.405	2.618.418	2.255.509	1.967.903	35.575	16.494
3. Superávit (déficit)	(467.499)	(490.630)	(483.221)	(272.814)	-	-
4. Ajustes de Experiências sobre os Passivos do Plano						
a. Montante	151.304	(238.465)	(392.699)	-	(4)	742
b. Percentual	(5,01%)	7,67%	(14,34%)	-	0,01%	(4,50%)
5. Ajustes de Experiências sobre os Ativos do Plano						
a. Montante	(167.062)	202.189	107.755	-	(308)	(742)
b. Percentual	(6,55%)	7,72%	(4,78%)	-	(0,87%)	(4,50%)

Especificação	CAMED			
	Plano Natural			
	Deliberação CVM 600			
	30.06.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008
1. Obrigação de Benefício Definido	(530.265)	(492.916)	(469.032)	(366.769)
2. Ativos do Plano	78.880	58.171	11.789	23.617
3. Superávit (déficit)	(451.385)	(434.745)	(457.243)	(343.152)
4. Ajustes de Experiências sobre os Passivos do Plano				
a. Montante	(19.949)	12.168	(72.418)	-
b. Percentual	3,76%	(2,47%)	15,44%	-
5. Ajustes de Experiências sobre os Ativos do Plano				
a. Montante	18.958	(58.205)	(6.670)	-
b. Percentual	24,03%	(100,06%)	(56,58%)	-

l) Estimativa de contribuições

l.1) Dados de Entrada

Especificação	CAPEF		CAMED
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
	2011	2011	2011
1. Taxa Nominal de Desconto no Início do Ano	10,67%	10,14%	10,67%
2. Taxa Nominal de Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano no Início do Ano	14,33%	14,16%	9,90%
3. Folha salarial de participação projetada ⁽¹⁾	50.353	227.765	-
4. Custo do Serviço Corrente	19.794	39.806	51.248
5. Contribuições Esperadas de Participantes Ativos ⁽¹⁾	3.377	19.930	19.672
6. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Ano	2.618.418	35.575	58.171
7. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Ano	3.109.048	35.575	492.916

Nota: (1) Valores extraídos do fluxo de caixa atuarial

l.2) Estimativa do Custo Esperado, em R\$ Mil

Notas Explicativas

Especificação	CAPEF		CAMED
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
	2011	2011	2011
1. Custo do Serviço Corrente	19.794	39.806	51.248
2. Contribuições de Empregados ⁽¹⁾	(3.377)	(19.930)	(19.672)
3. Custo dos Juros	331.595	3.608	52.572
4. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	(375.219)	(5.037)	(5.747)
5. Perda (Ganho) Atuarial Líquida Reconhecida no Período	15.758	-	990
6. Estimativa da Despesa a ser Reconhecida no Resultado do Período	11.449	18.447	79.391

Nota: (1) Contribuições dos empregados, esperadas no ano, relativas a participantes ativos.

m) Premissas utilizadas

m.1) Premissas Biométricas

Especificação	Planos BD (CAPEF) e Plano Natural (CAMED)	Plano CV I (CAPEF)
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos:	AT2000 Homens	AT2000 Homens
Tábua de Mortalidade de Inválidos:	Experiência do IAPC – Fraca ⁽¹⁾	Experiência do IAPC – Fraca ⁽¹⁾
Tábua de Entrada em Invalidez:	Experiência da CAPEF – Fraca ⁽²⁾	-
Tábua de Rotatividade:	Nenhuma	-

Notas: (1) A tábua de mortalidade de invalidez utilizada resulta da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original;

(2) A tábua de entrada em invalidez utilizada é resultante da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de entrada em invalidez da tábua Experiência da CAPEF original.

m.2) Premissas Econômicas

Especificação	CAPEF (% a.a.)		CAMED (% a.a.)
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	6,4	5,85	6,4
Taxa de inflação futura	4,5	4,5	4,5
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos do plano	14,33	14,16	9,90
Índice de aumento salarial real estimado	1,0	-	1,0
Taxa de crescimento real de benefícios do plano	-	-	-
Taxa de crescimento real de benefícios do INSS	-	-	-
Taxa de crescimento real dos gastos assistenciais	-	-	3,4

m.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do “floating” inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

m.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

n) Efeito do aumento de um ponto percentual e o efeito do decréscimo de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos assumidos, em R\$ Mil

Efeito da mudança de um ponto percentual na taxa de evolução de custos médicos	Aumento de um ponto percentual	Redução de um ponto percentual
Efeito sobre o agregado do custo de serviço e o custo de juros	8.450	(47)
Efeito sobre a obrigação de benefício definido	70.563	(1.183)

o) Comentários adicionais

o.1) Despesas Correntes – obrigações apuradas no período, decorrentes do acréscimo de tempo de serviço prestado pelos empregados;

o.2) (Ganhos)/Perdas Atuariais Líquidas – obrigações apuradas no período, decorrentes de mudanças nas premissas atuariais adotadas ou divergência entre as premissas utilizadas e o que ocorreu efetivamente. O reconhecimento dessas obrigações segue a aplicação das regras de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais – alínea “b” desta nota;

o.3) Custo do Serviço Passado - obrigações apuradas quando da ocorrência de aumento de benefícios pós-emprego, referente a serviços prestados por empregados em períodos passados. O reconhecimento de despesas referentes a custo de serviço passado segue o disposto nos itens 96 a 101 do Anexo da Deliberação CVM N° 600; e

o.4) Não existem passivos contingentes relacionados às obrigações de benefícios pós-emprego no Banco do Nordeste.

NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 35.549.756 mil (R\$ 33.326.631 mil em 31.12.2010) está registrado em contas de compensação do Banco (Patrimônio de Fundos Públicos Administrados).

b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 4.208.851 mil (R\$ 3.653.134 mil em 31.12.2010), registrado no título Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 209.623 mil (R\$ 142.741 mil em 30.06.2010).

Notas Explicativas

- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) Nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
 - c.2) Para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do PRONAF (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes e Estiagem), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN N° 2.682, de 21.12.1999; e
 - c.3) O risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei N° 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Relações Interfinanceiras do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração N° 616, de 26.05.2003.

A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em Passivos Contingentes do Banco é a seguinte em R\$ Mil:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 30.06.2011	Provisão em 31.12.2010
AA	3.096.456	-	-
A	10.677.225	26.829	25.186
B	8.215.265	41.005	35.642
C	537.495	8.091	9.232
D	464.668	23.281	17.470
E	254.600	39.096	31.192
F	268.565	67.170	72.859
G	201.036	81.572	56.646
H	1.904.893	962.353	929.530
TOTAL	25.620.203	1.249.397	1.177.757

- d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o “del credere” do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o “del credere” é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no Art. 9º- A da Lei N° 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei N° 11.775, de 17.09.2008, o “del credere” é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial N° 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de “del credere” foi de R\$ 396.149 mil (R\$ 324.323 mil em 30.06.2010).
- e) A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do PRONAF (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes e Estiagem), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração importou em R\$ 481.873 mil (R\$ 406.741 mil em 30.06.2010).

NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo em R\$ Mil:

Especificação	TADE	Valor
Programa Especial de Combate a Efeitos da Estiagem	16/2006	2.659
PROGER-URBANO -Investimento	17/2006	16.400
FAT – Infraestrutura	18/2006	264.675
PRONAF - Investimento	19/2006	1.473
PROGER-RURAL - Custeio	20/2006	1.631
PRONAF - Custeio	01/2007	3.309
PROGER-RURAL - Investimento	02/2007	23.533
PROTRABALHO - Investimento	04/2007	147.220
PNMPO-Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	18.093
TOTAL		478.993

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, registradas em Depósitos Especiais com Remuneração, da ordem de R\$ 549.767 mil (R\$ 686.792 mil em 31.12.2010), têm custo de captação com base na taxa SELIC enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa SELIC, totalizam R\$ 27.601 mil (R\$ 370.420 mil, em 31.12.2010).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT N° 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada TADE (Termo de

Notas Explicativas

Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- A partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos.

Valores em R\$ Mil:

Especificação	Resolução TADE	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2011		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração SELIC	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Combate a efeitos da Estiagem	16/2006	RA	1.378	5	105	10.773	10.87
PROGER – URBANO- Investimento	17/2006	RA	16.520	614	2.335	61.477	63.81
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	103.839	10.043	23.565	255.435	279.00
PRONAF- Investimento	19/2006	RA	222	7	102	678	78
PRONAF- Custeio	01/2007	RA	83	3	31	146	17
PROTRABALHO Investimento	04/2007	RA	22.635	101	1.321	177.350	178.67
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	3.531	510	142	16.307	16.44
TOTAL			148.208	11.283	27.601	522.166	549.76

Valores em R\$ Mil:

Especificação	Resolução TADE	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2010		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração SELIC	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Combate a efeitos da Estiagem	16/2006	RA	3.169	17	155	11.776	11.931
PROGER – URBANO Investimento	17/2006	RA	20.950	460	18.200	60.448	78.648
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	8.389	627	328.476	50.731	379.207
PRONAF Investimento	19/2006	RA	296	9	200	782	982
PROGER – RURAL Custeio	20/2006	RA	496	7	-	-	-
PRONAF Custeio	01/2007	RA	92	3	73	182	255
PROGER RURAL Investimento	02/2007	RA	3.186	31	-	-	-
PROTRABALHO Investimento	04/2007	RA	52.103	985	3.535	192.453	195.988
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	402	121	19.781	-	19.781
TOTAL			89.083	2.260	370.420	316.372	686.792

(1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível menos depósitos efetuados nos últimos 3 meses e reembolsos nos últimos 2 meses;

(2) Recursos remunerados pela Taxa SELIC;

(3) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

(4) Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 28 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Introdução e Visão Geral

O Banco está exposto aos seguintes riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Estrutura de Gerenciamento de Risco

A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação das políticas de riscos e consequente submissão ao Conselho de Administração. A Diretoria de Controle e Risco coordena a implementação das políticas de riscos e monitora o desempenho das áreas gestoras de riscos.

O Comitê corporativo de gestão de riscos aprecia e delibera sobre matérias de gestão de riscos encaminhadas às instâncias superiores, bem como aquelas a serem implementadas pelas instâncias inferiores.

Área específica coordena a gestão operacional dos riscos, gerencia em nível corporativo: a) os riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional; b) propõe a definição de metodologias e modelos de gestão de risco de crédito, de liquidez, de mercado e operacional; e c) promove a disseminação da cultura de gestão de riscos no Banco.

Política de Gestão de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional.

Os riscos não se apresentam unicamente como ameaças, vez que também as oportunidades são eventos de riscos, sobretudo no âmbito estratégico. Sem descurar das oportunidades que se apresentem ao Banco, que são devidamente avaliadas, as diretrizes delineadas na política corporativa de gestão de riscos do Banco voltam-se para a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais, abrangendo os respectivos controles.

Notas Explicativas

a.1) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O risco de crédito compreende:

- O risco de crédito da contraparte, inclusive no tocante a obrigações envolvendo instrumentos financeiros derivativos;
- O risco de decisões do governo do país onde se localiza o tomador ou contraparte, e de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;
- O risco de desembolso para honrar avais, fiança, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações semelhantes; e
- O risco de não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	30.06.2011	31.12.2010
OPERAÇÕES DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	25.613.596	24.974.787
Público	1.483.370	1.552.553
Privado	24.130.226	23.422.234
Comércio	2.518.902	2.038.548
Comércio Exterior	631.055	522.239
Habitação	242	242
Indústria	5.442.953	4.183.965
Infraestrutura	3.977.232	3.404.530
Intermediários Financeiros	383.900	692.004
Microfinança Urbana	868.758	762.969
Pessoas Físicas	192.011	172.320
Rural	5.749.275	6.327.219
Outros Serviços	4.365.898	5.318.198
OPERAÇÕES DE MERCADO	14.097.855	13.130.399
Títulos Públicos Federais	11.928.502	10.611.256
Operações Compromissadas	4.877.783	4.327.417
Outras	7.050.719	6.283.839
Depósitos Interfinanceiros	310.825	407.114
Outros Títulos e Valores Mobiliários	948.915	1.022.417
Outras Operações	909.613	1.089.612
DEMAIS ATIVOS	2.300.792	1.949.380
Valor Total das Exposições	42.012.243	40.054.566

a.2) Gerenciamento de Risco de Crédito

Constituem-se diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito:

1) Limites de Risco

Todas as operações de crédito são amparadas por limites de risco. Em regras gerais, esses limites são deferidos mediante decisão por comitês, desde os de agência até a Diretoria, com base em modelos específicos para clientes dos setores rural, industrial, comercial e serviços.

2) Avaliação de Risco

Os limites de risco são precedidos de avaliação de risco, elaborada em modelos concebidos de acordo com as características do cliente e operação, a saber: i) clientes de pequeno porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco, a maioria constituída de mini-produtores rurais e micro-empresendedores urbanos – a análise de risco é circunscrita ao exame cadastral do cliente e ao enquadramento da operação nos normativos de cada programa de financiamento, cujas condições visam atender seletivamente aos tomadores de crédito; ii) clientes de médio porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco – aplicação de modelos especialistas de avaliação de risco, de acordo com as atividades dos clientes, mediante a seleção de alternativas padronizadas para os fatores de risco analisados; e iii) clientes de grande porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco, incluindo os titulares de operações estruturadas – aplicação de modelo fundamentalista de avaliação de risco, feita mediante exame individual e detalhado para cada aspecto de risco, com fulcro nas constatações, dados e argumentos de análise, inclusive com a aplicação de critérios para aceitação de

Notas Explicativas

garantias diferenciadas, permitindo a análise do crédito em condições especiais, considerando a singularidade e complexidade dos projetos e operações desse porte.

3) Classificação de Risco

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com suas características, valor, prazo, garantias e situação.

O gerenciamento do risco de crédito envolve um fluxo constante de informações que permitem a identificação, mensuração, controle e mitigação de risco, de forma a assegurar que o Banco mantenha exposição a risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e indicadores de desempenho por macrossetores.

4) Avaliação dos Ativos por Carteira

A avaliação por carteiras permite ao Banco identificar, em seu portfólio de produtos e clientes, as concentrações de risco, visando adotar procedimentos preventivos e corretivos quanto à administração dos riscos globais da Instituição.

5) Garantias

A política para constituição de garantias para as operações de crédito estabelece parâmetros de escolha de garantias e de sua avaliação. Em função da qualidade da garantia e de sua suficiência, à luz da avaliação de risco do cliente, a classificação global de risco, envolvendo o cliente e sua operação, poderá receber reavaliações para um maior ou menor nível de risco.

6) Processo de Decisão

Qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

a.3) Valor das Garantias Recebidas

As garantias para operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade e suficiência à luz da avaliação de risco do cliente, a classificação global de risco, envolvendo o cliente e sua operação. As operações acima de R\$ 5.000 mil, analisadas individualmente, importam em R\$ 6.497.122 mil na posição de 30.06.2011 (R\$ 6.130.588 mil em 31.12.2010). Para essas operações, foram recebidas garantias reais equivalentes a R\$ 2.143.112 mil em 30.06.2011 (R\$ 2.365.960 mil em 31.12.2010). Essas garantias são avaliadas pelo menos uma vez a cada dois anos ou em periodicidade menor, desde que haja fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação. A tabela a seguir demonstra o valor dessas garantias reais, por tipo, na posição de 30.06.2011 e 31.12.2010, em R\$ Mil:

Garantias	Valor	
	30.06.2011	31.12.2010
Alienação Fiduciária de Bens Móveis	547.177	547.196
Hipoteca	733.000	708.974
Penhor	862.935	1.109.790
Total	2.143.112	2.365.960

b) Risco de Liquidez

b.1) Gerenciamento do Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição. O risco de liquidez pode ser agravado pelo risco de mercado como possibilidade de perdas decorrentes da necessidade de gerar recursos financeiros para honrar compromissos assumidos, seja pela dificuldade de vender ativo, sem perda significativa do valor, seja pela dificuldade de captar recursos.

O monitoramento da liquidez é realizado diariamente, observando-se os limites estabelecidos na política de gestão dos riscos de mercado e de liquidez aprovada pela administração. Para tanto, são efetuadas projeções de liquidez para o período de 90 dias, considerando-se o cenário mais conservador, ou seja, submetendo-se o fluxo de valores a receber a uma situação de estresse máximo, no qual as disponibilidades são comparadas aos compromissos previstos para os próximos 90 dias, desconsiderando-se todos os valores previstos a receber. Os níveis de liquidez mantidos também levam em consideração as possibilidades de liquidação antecipada de empréstimos e de depósitos que não possuam vencimento definido.

Para gerir o risco de liquidez, o Banco utiliza as metodologias abaixo, que são revistas e reavaliadas periodicamente:

- Saldos globais de ativos e passivos, por carteira, por título, apontando eventuais descasamentos por indexadores e por prazos;
- Gap medindo eventuais descasamentos entre ativos e passivos no tocante a prazos, mostrando as previsões de fluxo de caixa do Banco;
- Acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de liquidez;

Notas Explicativas

- Fluxo de caixa; e
- Mapa de descasamento cambial.

As informações relativas aos riscos de liquidez são comunicadas à administração por meio de relatórios diários, consolidados anualmente.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez inclui o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. Tal índice tem caráter eminentemente conservador, pois desconsidera todos os fluxos de reembolsos. As disponibilidades que integram a base de cálculo do índice de liquidez são compostas por reservas bancárias, depósitos interfinanceiros, operações compromissadas e carteira própria de títulos.

A tabela abaixo demonstra o índice de liquidez nos anos de 2011 e de 2010:

Especificação	2011 (%)	2010 (%)
Em 30 de junho	219,02	272,56
Média dos últimos 12 meses	240,80	237,00
Máximo dos últimos 12 meses	321,96	276,29
Mínimo dos últimos 12 meses	175,15	192,29

Os quadros a seguir evidenciam os vencimentos de captações, considerados os fluxos de pagamentos futuros projetados com as respectivas taxas contratuais, nas posições de 30.06.2011 e 30.06.2010, em R\$ Mil:

Especificação	30.06.2011				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos a Prazo	51.145	107.329	1.023.133	2.663.716	927.678
Depósitos Interfinanceiros	74.889	81.111	577.165	14.762	-
Operações Compromissadas	634.355	-	33.967	133.979	9.526
Total	760.389	188.440	1.634.265	2.812.457	937.204
Recursos Disponíveis	3.639.449				

Especificação	31.12.2010				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos a Prazo	144.831	53.968	479.505	16.367	-
Depósitos Interfinanceiros	48.489	384.187	589.673	4.214.105	3.189.624
Operações Compromissadas	461.206	-	44.311	37.450	-
Total	-	-	67.810	263.866	1.002.519
Recursos Disponíveis	3.869.495				

b.2) Plano de Contingência de Liquidez

O Plano de Contingência de Liquidez descreve as orientações a serem observadas pelas áreas correspondentes na ocorrência de crise de liquidez. Entende-se como crise de liquidez ocorrências e ameaças, imediatas ou futuras, de desequilíbrio na capacidade de pagamento do Banco e que não possam ser corrigidas com medidas usuais de gestão dos recursos de tesouraria.

Caracteriza situação de crise de liquidez:

- 1) A insuficiência de disponibilidades para honrar os compromissos previstos para 90 dias, independentemente do fluxo de recebimentos nesse período; ou
- 2) A identificação, de forma antecipada, a partir do acompanhamento do fluxo de caixa da instituição, de que o Banco não reúna disponibilidades suficientes para honrar suas obrigações em qualquer instante futuro.

A responsabilidade pela identificação de crise de liquidez é de área específica de gestão de riscos. As ações operacionais para a solução de crise de liquidez seguirão as recomendações de grupo especial para gestão de crise de liquidez.

A atuação do grupo especial para gestão de crise de liquidez efetivar-se-á diante de crise de liquidez ou no caso em que projeções de cenários acusem potencial situação de não-liquidez, e a recuperação da situação de liquidez dar-se-á a partir das recomendações do colegiado.

Notas Explicativas

A atuação do grupo especial para gestão de crise de liquidez ocorrerá de forma autônoma e alcançará todas as áreas operacionais e negociais que estejam relacionadas à crise de liquidez. As recomendações provenientes do grupo especial para gestão de crise de liquidez serão submetidas à apreciação da Diretoria mediante parecer fundamentado.

A estratégia de ação diante de crise de liquidez envolverá:

1) No âmbito externo:

- Realização de operações e de renegociações de operações com instituições financeiras com as quais o Banco mantenha relacionamento no mercado interbancário;
- Realização de operações com a autoridade monetária;
- Renegociação de condições operacionais com clientes com os quais o Banco mantenha operações ativas e passivas; e
- Outras estratégias voltadas para a solução de crise de liquidez.

2) No âmbito interno:

- Descontinuidade, modificação ou suspensão da comercialização de produtos;
- Suspensão de concessão de limites operacionais;
- Renegociação de operações ativas e passivas, podendo envolver a antecipação de recebimentos e o alongamento de prazos de operações passivas;
- Renegociação de contratos com fornecedores; e
- Outras estratégias voltadas para a solução de crise de liquidez.

Os procedimentos para solução de crise de liquidez envolvem, mas não se limitam a estes:

- Elevação da taxa de captação de recursos;
- Captação de recursos em novos mercados;
- Redução ou a suspensão de realização de operações ativas;
- Transferência de carteira de crédito;
- Postergação ou a suspensão da liberação de recursos para operações contratadas;
- Renegociação de passivos existentes;
- Venda de ativos; e
- Realização de operações com a autoridade monetária.

Não é exigida ordem de preferência para a adoção dos procedimentos acima, cabendo ao grupo especial para gestão de crise de liquidez estabelecer os critérios, a forma e a sequência cronológica para a implementação das recomendações à luz da situação factual, dos seus efeitos e do tempo requerido para a obtenção dos resultados necessários.

As providências recomendadas pelo grupo especial para gestão de crise de liquidez deverão estar em consonância com as políticas institucionais de atuação enquanto banco de desenvolvimento.

c) Risco de Mercado

c.1) Gerenciamento do Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação dos custos do passivo resultante de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco leva em consideração múltiplos cenários, utilizando-se das seguintes metodologias:

- 1) *VaR (value at risk)* global, por carteira, por título e por indexador;
- 2) *Duration* global (ativos e passivos), por carteira, por título e por indexador;
- 3) Teste de estresse;
- 4) Gap medindo eventuais descasamentos entre ativos e passivos no tocante a prazos, mostrando as previsões de fluxo de caixa;
- 5) Saldos globais de ativos e passivos, por carteira, por título, apontando eventuais descasamentos por indexadores;
- 6) Acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado; e
- 7) Mapa de descasamento cambial.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, mensais, trimestrais e anuais, destinados à administração e aos órgãos controladores. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e de não negociação, níveis de exposição cambial, níveis e índices de liquidez, e acompanhamento dos limites das operações realizadas com outras instituições financeiras.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
-------------------------------	--------------------------

Notas Explicativas

<ul style="list-style-type: none"> Carteira de negociação: 1% do valor da carteira Carteira de não-negociação: 5% do valor da carteira 	<p>Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

c.2) Carteiras de Negociação e Não-Negociação

Para efeito da gestão dos riscos de mercado, as operações são classificadas em duas carteiras:

1) Carteira de negociação (*trading book*): constituída com operações realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade. A composição da carteira de negociação é acompanhada diariamente pela área de gestão de riscos, utilizando-se o valor marcado a mercado das operações.

Para acompanhamento e controle dos riscos da Carteira de Negociação, adota-se o monitoramento da exposição a risco através do cálculo do VaR Paramétrico, que mensura a perda máxima esperada de uma carteira dentro de um intervalo de tempo, levando-se em conta o nível de confiança de 99%. O Value at Risk (VaR) das operações prefixadas da Carteira de Negociação do Banco, na posição de 30.06.2011, ficou quantificado em R\$ 130 mil, ante o saldo líquido (ativo menos passivo) de R\$ 2.731.000 mil de composição desta carteira.

Na data-base de 30.06.2011, o VaR representou apenas 0,005% do valor líquido da Carteira de Negociação, bem abaixo do limite de 1% estabelecido pela Política Corporativa de Gestão de Risco do Banco.

A reduzida exposição ao risco de mercado desta carteira deve-se ao fato de que as operações prefixadas correspondentes, na sua maioria, têm um prazo de um dia e são lastreadas em títulos públicos federais.

2) Carteira de não-negociação (*banking book*): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, expostas aos riscos de mercado. A mensuração e avaliação do risco da carteira de não-negociação, relacionado às taxas de juros, aos índices de preços e à variação cambial, obedecem aos pressupostos estabelecidos pelo Banco Central, utilizando-se metodologias de amplo conhecimento e emprego por parte das instituições financeiras, baseadas nos seguintes parâmetros e hipóteses:

- VaR paramétrico;
- Distribuição normal;
- Parâmetro estatístico:
- Desvio-padrão dos retornos;
- Prazo de manutenção da taxa: 1 ano;
- Prazo de liquidação da carteira: 10 dias;
- Período de observação do histórico de taxas: 1 ano;
- 12 vértices e suas respectivas correlações;
- Nível de confiança de 99%.

O cálculo do VaR é feito com a utilização de informações disponibilizadas pela ANBIMA, relativamente às taxas praticadas pelo mercado financeiro para cada fator de risco.

c.2.1) Indicadores de Risco de Mercado

Apresenta-se, a seguir, um resumo dos indicadores de risco de mercado, em valores marcados a mercado em R\$ Mil:

Especificação	30.06.2011	De 01.07.2010 a 30.06.2011		
		Médio	Máximo	Mínimo
Exposição Cambial Marcada a Mercado	16.715	43.387	90.299	1.567
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Negociação (PJUR1)	537	721	1.367	195
Risco de variação de preços de commodities (PCOM)	395	13.169	30.543	374
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Não-Negociação (RBAN)	49.994	66.112	81.296	42.625
Especificação	31.12.2010	De 01.01.2010 a 31.12.2010		
		Médio	Máximo	Mínimo
Exposição Cambial Marcada a Mercado	43.648	51.879	90.299	11.267
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Negociação (PJUR1)	381	895	1.863	195
Risco de variação de preços de commodities	16.652	21.227	30.543	16.652

Notas Explicativas

(PCOM)				
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Não-Negociação (RBAN)	74.721	47.351	81.296	16.048

c.2.2. Teste de estresse

O teste de estresse, ferramenta de análise de cenários extremos, permite antever potenciais ganhos ou perdas em carteira de operações, diante da variação das taxas de juros, câmbio ou índices de preços, que poderão vir a ser praticadas no mercado em situações extremas.

O quadro abaixo demonstra os resultados dos testes de estresses da carteira de não-negociação (CnN) para a posição de 30.06.2011, considerando-se os fatores que contribuem individualmente com mais de 5% da carteira, nos termos dos incisos III e IV do artigo 2º da Circular do BACEN Nº 3.365, de 12.09.2007.

A base de operações utilizada contém valores marcados a mercado e é classificada por fatores de riscos.

Para estresse das variações de taxa de juros sobre operações prefixadas, o choque é aplicado na taxa de DIxPré e nas demais operações o choque é aplicado sobre o respectivo cupom gerando um novo valor marcado a mercado.

O teste de estresse consistiu em se estimar a quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas necessários para acarretar variações do valor de mercado das operações que impliquem reduções correspondentes a 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido de Referência (PR), utilizando choque sobre as taxas que compõem as ETTJs (Estruturas a Termo de Taxas de Juros). Os resultados dos choques paralelos são apresentados, em pontos-base e pontos percentuais, no quadro a seguir:

Tipo de Risco	Fator de Risco	Choque Paralelo (taxas anuais) – Carteira de Não – Negociação					
		Perda de 5%		Perda de 10%		Perda de 20%	
		Basis Points	Pontos Percentuais	Basis Points	Pontos Percentuais	Basis Points	Pontos Percentuais
Cupom de Índice de Preços	Cupom de IGPM	240,7	2,41	552,1	5,52	1.644,4	16,44
Cupom de Taxa de Juros	Cupom de TJLP	(321,6)	(3,22)	(584,2)	(5,84)	(990,5)	(9,90)
	Cupom de TR	sem estresse		sem estresse		sem estresse	
Juros Prefixados	Juros Prefixados	599,2	5,99	1.393,8	13,94	3.956,9	39,57

Verifica-se que os cenários de choques nas taxas de juros mensais para produzir perdas a partir de 5% do Patrimônio Líquido de Referência (PR) do Banco, apresentam-se bastante improváveis. Considerando as maiores exposições em 30.06.2011, atreladas aos fatores de risco Juros Prefixados e TJLP, o choque para perdas de 5% do PR seria da ordem de 5,99 pontos percentuais na taxa anual no caso do risco de juros prefixados e negativo de (3,22) pontos percentuais no cupom nas operações em TJLP.

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM Nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e de não-negociação, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo em R\$ Mil:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	1.584.751	1.573.949	0,68%	1.563.293	1,35%
Carteira de Não-negociação						
Cupom de Dolar	Aumento na cotação do dólar	(14.510)	(15.682)	8,08%	(16.942)	16,76%
Cupom de IGP	Redução do índice	1.417.526	1.320.148	6,87%	1.222.769	13,74%
Cupom de IPCA	Aumento do índice	(85.094)	(94.474)	11,02%	(103.854)	22,05%
Cupom de TJLP	Aumento da taxa de juros	(1.842.592)	(1.932.253)	4,87%	(2.021.914)	9,73%
Cupom de TR	Aumento da taxa de juros	(1.353.511)	(1.353.642)	0,01%	(1.353.773)	0,02%
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	3.223.539	3.203.751	0,61%	3.099.644	3,84%

Notas Explicativas

Para efeito dos cálculos acima, no Cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado. Para a construção dos Cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do Cenário 1 e os saldos dos Cenários 2 e 3, e estão representadas em termos percentuais da respectiva carteira.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo, em R\$ Mil:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
<i>Hedge</i>	Aumento da taxa de juros	<i>Swap</i> Pré x DI	(445.190)	(432.211)	(420.218)
		Ativo Prefixado	420.825	388.979	360.645
		Exposição Líquida	(24.365)	(43.232)	(59.573)
<i>Hedge</i>	Aumento de cotação de moeda estrangeira (ME)	<i>Swap</i> DI x Dólar	466.665	444.935	424.433
		Passivo em ME	(459.624)	(442.505)	(426.670)
		Exposição Líquida	7.041	2.430	(2.237)

Na data-base de 30.06.2011, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

Swap Pré x DI

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* pré x DI consistiu em apurar os saldos das operações ativas prefixadas e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Swap DI x Dólar

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* DI x Dólar consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Dólar.

d) Risco Operacional

O risco operacional é o risco que resulta em perda, potencial, efetiva ou recuperada, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa assegurar o cumprimento da política corporativa e do planejamento estratégico em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa através dos processos e subprocessos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento de risco operacional corporativo se robustece a partir de estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos e operações realizados pelo Banco, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Encontra-se segmentado sob duas abordagens: enfoque qualitativo e enfoque quantitativo.

A abordagem qualitativa reúne metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais e são compostas de descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos e subprocessos – identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das inconformidades. Na abordagem quantitativa são utilizados modelos de mensuração, registrando-se avanços consideráveis

Notas Explicativas

na modelagem estocástica de mensuração dos riscos operacionais aplicado ao Banco, a fim de alocar capital para suportar perdas esperadas e perdas não esperadas.

e) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Por meio das Resoluções N°s 3.444, de 28.02.2007 e 3.490, de 29.08.2007, e normas complementares, o CMN estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a risco: o Compromisso de Crédito não Cancelável Incondicional ou Unilateralmente pela Instituição (*Commitments*); a exposição a risco em ações (PACS); a exposição a risco em ativos indexados aos preços das *commodities* (PCOM); a exposição a risco em ativos em moeda estrangeira (PCAM); a exposição ao risco operacional (POPR); e o risco de mercado de operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN). As diretrizes vigentes mantiveram, para 30.06.2011, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é a relação entre o PR de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas, riscos de mercado e riscos operacionais.

Em 30.06.2011, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia) do Banco do Nordeste foi de 17,23% (13,22% em 31.12.2010), enquanto o PR foi de R\$ 4.515.788 mil (R\$ 3.248.273 mil em 31.12.2010). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R\$ 2.833.292 mil em 30.06.2011 (R\$ 2.627.409 mil em 31.12.2010).

A posição de capital regulador do Banco é apresentada abaixo:

i. Compatibilização do PR com o PRE em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
a) Patrimônio de Referência (PR)	4.515.788	3.248.273
. Nível I	2.277.169	2.146.806
. Nível II	2.238.619	1.101.467
b) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	2.833.292	2.627.409
. Parcela PEPR ⁽¹⁾	2.433.749	2.248.812
. Parcela PJUR	537	381
. Parcela PCOM	395	16.652
. Parcela POPR	398.611	361.564
c) Valor do RBAN	49.994	74.721
Margem (a-b-c)	1.632.502	546.143
Índice de Basileia (Circ.BACEN N° 3.477, de 28.12.2009)	17,53%	13,60%
Índice de Basileia (Incluindo Valor RBAN)	17,23%	13,22%

(1) 11% das Exposições Ponderadas pelos Fatores de Risco, conforme arts. 11 a 16 da Circular BACEN N° 3.360, de 12.09.2007.

ii. Detalhamento do PR em R\$ Mil

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
Patrimônio de Referência (PR)	4.515.788	3.248.273
. Nível I	2.277.169	2.146.806
(+) Patrimônio Líquido	2.305.694	2.177.338
(-) Reservas de Reavaliação	26.231	28.065
(-) Créditos Tributários Excluídos	291	291
(-) Ativo Permanente Diferido	2.003	2.177
(-) Ajuste Vr. de Mercado – TVM e Inst. Financ. Deriv.	-	-
. Nível II	2.238.619	1.101.467
(+) Reservas de Reavaliação	26.231	28.065
(+) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível II do PR ⁽¹⁾	1.073.804	-
(+) Instrumentos de Dívida Subordinada ⁽²⁾	1.157.058	1.101.847
(+) Ajuste Vr. de Mercado – TVM e Inst. Financ. Deriv.	-	-
(-) Excesso de Instrumentos de Dívida Subordinada	18.474	28.445

⁽¹⁾ O contrato do instrumento híbrido de capital e dívida foi firmado com a Secretaria do Tesouro Nacional com prazo de vencimento indeterminado.

⁽²⁾ Os instrumentos de dívidas subordinadas foram realizados junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) com prazo de vencimento indeterminado.

Notas Explicativas

Em julho de 2009 e em junho de 2010, o Banco celebrou contrato de dívida subordinada com o FNE e foi autorizado pelo BACEN a considerar os valores do âmbito desses contratos como capital Nível II, com reflexo positivo no índice de Basileia da Instituição.

Em 22.12.2010, nos termos da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26.11.2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000.000 mil, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011, por intermédio do Ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Banco Central autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de Nível II. O referido contrato não possui data de vencimento.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular Nº 3.477, de 28.12.2009, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

NOTA 29 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
Ativos		
Operações de Crédito - Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	525.012	533.239
TOTAL	525.012	533.239
Especificação	30.06.2011	31.12.2010
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.a.4 e Nota 27)	549.767	686.792
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.133.879	1.686.776
Tesouro Nacional	1.035	1.086
BNDES	1.048.397	933.260
FINAME	84.447	52.859
Outras Instituições (Nota 9.a.1)	-	699.571
Outras Obrigações	6.441.683	5.762.276
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.d)	4.210.821	3.656.262
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.f)	1.073.804	1.004.166
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.g)	1.157.058	1.101.848
TOTAL	8.125.329	8.135.844

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (CAPEF) e Caixa de Assistência Médica (CAMED), apresentam a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
Passivos		
Outras Obrigações (Nota 16.g)	918.884	925.375
CAPEF	467.499	490.630
CAMED	451.385	434.745
TOTAL	918.884	925.375

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir em R\$ Mil:

Especificação	2º trimestre	30.06.2011	2º trimestre	30.06.2010
Benefícios de Curto Prazo	1.012	1.660	779	1.434
Honorários	622	1.221	526	1.098
Diretoria	533	1.037	461	945
Conselho de Administração	45	96	37	85
Conselho Fiscal	44	88	28	68
Outros	172	221	85	168
Participação no Lucro	218	218	168	168
TOTAL	1.012	1.660	779	1.434

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Benefícios Pós-Emprego	91	13
TOTAL	91	13

Notas Explicativas

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 30 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
Créditos Abertos para Importação	167.939	110.589
Beneficiários de Garantias Prestadas:		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	92.220	92.919
- FNE	12.996.617	12.093.509
- Outras Entidades	41.581	40.745
Coobrigações em Cessões de Crédito	29.193	29.549

b) Seguros

Os bens móveis e imóveis do Banco e de terceiros sob sua responsabilidade estão suficientemente segurados no montante de R\$ 407.876 mil (R\$ 392.459 mil em 31.12.2010) assim distribuídos:

Especificação	30.06.2011	31.12.2010
Bens Móveis	135.941	123.783
Bens Imóveis	267.915	264.656
Bens Imóveis de Terceiros	2.863	2.863
Responsabilidade Civil (Aeronave)	1.157	1.157
TOTAL	407.876	392.459

c) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração por meio de reunião realizada em 5 de agosto de 2011.

Fortaleza, 05 de Agosto de 2011

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Fortaleza - CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 5 de agosto de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Claudio Lino Lippi
Auditores Independentes Contador
CRC 2SP 011.609/O - 8 "F" CE CRC 1SP 097.866 - TPE S/CE

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, Inciso VI, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor das demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 30 de junho de 2011.

Fortaleza, 05 de agosto de 2011

Jurandir Vieira Santiago
Presidente

Oswaldo Serrano de Oliveira
Diretor de Relações com Investidores

Luiz Carlos Everton de Farias
Diretor de Controle e Risco

Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Diretor de Negócios

José Sydrião de Alencar Júnior
Diretor de Gestão do Desenvolvimento

Stélio Gama Lyra Junior
Diretor Administrativo e de TI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, Inciso V, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor do Parecer, exarado em 5 de agosto de 2011, pela Deloitte Touche Tohmatsu – Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 30 de junho de 2011.

Fortaleza, 05 de agosto de 2011

Jurandir Vieira Santiago
Presidente

Oswaldo Serrano de Oliveira
Diretor de Relações com Investidores

Luiz Carlos Everton de Farias
Diretor de Controle e Risco

Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Diretor de Negócios

José Sydrião de Alencar Júnior
Diretor de Gestão do Desenvolvimento

Stélio Gama Lyra Junior
Diretor Administrativo e de TI